



PLATAFORMA DE
CAMPANHA **2024**

**TODOS JUNTOS
CUIDANDO
DE CADA UM!**

CONHEÇA A CHAPA 1

NOVO RUMO

CARGO	NOME	DELEGACIA
PRESIDENTE	GEORGE ALEX LIMA DE SOUZA	BRASÍLIA
1º VICE-PRESIDENTE	DAUZLEY MARQUES DE MIRANDA	RECIFE
2º VICE-PRESIDENTE	TÂNIA REGINA COUTINHO LOURENÇO	SÃO PAULO
SECRETÁRIO-GERAL	PEDRO DELARUE TOLENTINO FILHO	RIO DE JANEIRO
DIRETORA-SECRETÁRIA	MARIA CARMEN FANTINI DE CASTRO E CARVALHO NEPOMUCENO	BELO HORIZONTE
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	ROBERTO MACHADO BUENO	RONDÔNIA
1º DIRETOR-ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	AGNALDO NERI	ARAÇATUBA
2º DIRETORA-ADJUNTA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	MARCIA REGINA RANGEL BARBOSA	CAMPOS DOS GOYTACAZES
DIRETOR DE ASSUNTOS JURÍDICOS	LÁZARO ANTÔNIO SOUZA SOARES	SALVADOR
1º DIRETOR-ADJUNTO DE ASSUNTOS JURÍDICOS	SEBASTIÃO BRAZ DA CUNHA DOS REIS	ANÁPOLIS
2º DIRETORA-ADJUNTA DE ASSUNTOS JURÍDICOS	CARMELINA CALABRESE	SÃO PAULO
DIRETOR DE DEFESA PROFISSIONAL	GUSTAVO MUZY BORGES	OSASCO
DIRETOR-ADJUNTO DE DEFESA PROFISSIONAL	CARLOS MARCONI	CUMBICA
DIRETOR DE ESTUDOS TÉCNICOS	FÁBIO DE TARSIS GAMA CORDEIRO	PARAÍBA
DIRETORA-ADJUNTA DE ESTUDOS TÉCNICOS	CAROLINA MENDES DE TOLEDO CARGAS LAUTENSCHLAGER	POÇOS DE CALDAS
DIRETOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	VIRGILIO FORDELONE NETO	SANTOS
DIRETOR-ADJUNTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	VICTOR BARBOSA SOUZA	RORAIMA
DIRETOR DE ASSUNTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES	JESUS LUIZ BRANDÃO	LONDRINA
DIRETORA-ADJUNTA DE ASSUNTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES	VÂNIA OLIVEIRA RODRIGUES COELHO JULIÃO	GOVERNADOR VALADARES
DIRETORA DE PLANO DE SAÚDE	SONILÉA VIEIRA LEITE	RIO DE JANEIRO
DIRETORA-ADJUNTA DE PLANO DE SAÚDE	MARIA ANTONIETA FIGUEIREDO RODRIGUES	SANTOS
DIRETOR DE ASSUNTOS PARLAMENTARES	MARCUS VINICIUS DE ARAÚJO DANTAS	SOROCABA
DIRETOR-ADJUNTO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES	JOSÉ JEFFERSON ABREU ALMEIDA	AMAZONAS
DIRETOR DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTERSINDICAIS	KURT THEODOR KRAUSE	BLUMENAU
DIRETOR DE DEFESA DA JUSTIÇA FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DE POLÍTICAS SOCIAIS E ASSUNTOS ESPECIAIS	OSEAS COIMBRA JR	CEARÁ
DIRETORA SUPLENTE	LARA MOURA FRANCO EDUARDO	SALVADOR
DIRETOR SUPLENTE	RUDIMAR NUNES FRAGA	PORTO ALEGRE
DIRETORA SUPLENTE	MARIA URÂNIA DA SILVA COSTA	SALVADOR

CONTEÚDO DA PLATAFORMA

MENSAGEM ÀS AUDITORAS E AOS AUDITORES	04
CORRIGINDO A ROTA PARA O NOVO RUMO	06
O QUE FIZEMOS NA GESTÃO NOVO RUMO - 2019 A 2021	15
O QUE VAMOS FAZER NA PRÓXIMA GESTÃO	20
PROPOSTAS POR DIRETORIA	30
CONHEÇA OS INTEGRANTES DA CHAPA NOVO RUMO	36





MENSAGEM ÀS AUDITORAS E AOS AUDITORES

Amigas Auditoras, amigos Auditores,

estamos novamente em período eleitoral, momento em que escolheremos quem vai conduzir nosso sindicato pelos próximos três anos.

Quando nos comparamos a outras categorias, fica claro que estamos perdendo espaço. Ao invés de estabelecermos objetivos e focarmos nas ações que nos devolverão nossa importância, há muita perda, estamos sempre envolvidos em brigas inúteis que nos desgastam e desperdiçam energia.

Precisamos voltar nosso foco para recuperar a importância do nosso cargo, sem ideologias, sem partidarismos, sem abraçar bandeiras desconectadas dos interesses dos Auditores-Fiscais. Esse desafio se complementa por rediscutirmos as relações que temos com o Parlamento, com os demais Poderes e, principalmente, com a administração do nosso Órgão, afinal, nossa valorização precisa começar dentro de nossa Casa.

Nós movimentamos o mais importante Órgão da República, aquele que carrega aos cofres públicos mais de dois trilhões de Reais por ano. Isso, por si só, deveria ser suficiente para sermos reconhecidos. Mas isso não acontece. Já se perguntaram por quê?

A cultura da Receita Federal não é a de construir relações, é de enclausuramento, como se fôssemos a única engrenagem do sistema. O tempo e as experiências mostram que essa cultura de ensimesmamento não tem funcionado. Estamos desconectados dos demais órgãos do Executivo, do Parlamento e do Judiciário e isso dificulta nossos avanços. Se o diálogo é a base de qualquer relacionamento, proponho mais uma reflexão: a Receita Federal está disposta a dialogar com os demais atores da política tributária?

O Parlamento é, talvez, o principal agente com quem temos que dialogar. É no Congresso Nacional que se operam as mudanças capazes de revolucionar nosso cargo. Precisamos voltar a ter protagonismo técnico, a nos relacionar com todos os partidos e não somente com aqueles por quem temos predileções. Somos mais de 20 mil filiados e quem está no comando da entidade precisa se abster de paixões ideológicas. O único partido a defendermos é o cargo de Auditor-Fiscal.

Ingressei na Receita Federal em 2006 e desde 2007 atuo no Parlamento, sempre na defesa do nosso cargo e da nossa casa. Quero colocar à disposição dos meus colegas Auditores essa

experiência de quase duas décadas para mudarmos a percepção que a sociedade tem dos Auditores-Fiscais e da própria Receita Federal, a partir do aperfeiçoamento da relação entre o fisco e o contribuinte.

O nosso futuro passa, portanto, por fazermos uma autorreflexão, construirmos novas alianças, definirmos objetivos e desenvolvermos estratégias que nos unam e nos fortaleçam.

De 2019 a 2021, período mais adverso da história dos servidores públicos, em especial dos Auditores-Fiscais da Receita Federal, demonstramos uma inequívoca capacidade de diálogo e superação de desafios. Nesse período, os Auditores foram ameaçados por inspeções de terceirizados da Anac nos aeroportos, de terem cortes de salário, de terem o fim da estabilidade no cargo público, de serem impedidos de fazer representações fiscais ao Ministério Público e, talvez a mais nociva das ofensivas, de perderem o FUNDAF. E nós conseguimos superar todas essas adversidades graças à confiança no trabalho organizado e estruturado pela Direção Nacional da época, de qual orgulhosamente eu fazia parte.

Compreendemos as dificuldades e desafios que temos pela frente e isso não nos fará vender ilusões nem a aposentados nem a ativos. Prometemos a disposição de lutar por aquilo em que acreditamos, com dedicação, inteligência, ouvindo os colegas e agindo com paixão pelo cargo, e não movidos por partidos ou ideologias.

O NOVO RUMO para o cargo de Auditor-Fiscal da Receita Federal começa agora.
VAMOS JUNTOS RECONSTRUIR NOSSO FUTURO!

Forte abraço,



GEORGE SOUZA

Candidato a Presidente do
Sindifisco Nacional
Grupo Novo Rumo - Chapa 1



CORRIGINDO A ROTA PARA O NOVO RUMO

Na última gestão, o protagonismo do nosso sindicato foi fortemente obscurecido por um inaceitável atrelamento à Administração da Receita Federal, comprometendo a sua autonomia crítica e corroendo a sua credibilidade para se posicionar de forma técnica e isenta. Criou-se uma relação de dependência com a Administração da Receita Federal e com o próprio Governo, que, somada ao viés fortemente ideológico e ao alinhamento a bandeiras sociais estranhas aos Auditores-Fiscais, levou o Sindifisco Nacional à posição de inércia e incapacidade de lidar com as demandas da Classe. Para a atual gestão, o foco de atuação do sindicato deveria se expandir indefinidamente para abarcar interesses difusos da sociedade, deixando em plano inferior e sem qualquer prioridade o descumprimento quase integral pelo Governo dos compromissos firmados conosco em anos anteriores e a busca por melhores condições remuneratórias, de trabalho e de aposentadoria.

Depois de dois anos e meio de administração do sindicato pela DEN atual, o resultado é assustador e desanimador. O que prometia ser uma diretoria transparente, modernizadora e de enfrentamento, mostrou-se opaca, retrógrada e subserviente ao governo.



▶ FALTA DE TRANSPARÊNCIA

As atas das reuniões de diretoria não são divulgadas e quando foram solicitadas pela própria 2ª Vice-Presidente, a resposta foi que um ataque hacker as havia deletado. No entanto, nenhum ataque ou acesso indevido foi provado pela Diretoria, nenhuma explicação convincente para o fato foi oferecida e, até o presente momento, as respectivas Atas não foram apresentadas nem mesmo em atendimento as demandas do Conselho Fiscal Nacional.

Os fundos financeiros são misturados sem nenhum critério, com recursos oriundos da ação dos 28,86% sendo usados para cobrir déficit da DEN e para cobrir despesas da ação da GAT, sem nenhuma fundamentação técnica ou explicação.

Foram unificadas as reservas do plano de saúde sem uma justificativa técnica, aparentemente numa tentativa de encobrir os déficits de cada produto.

▶ DIRETORIA RETRÓGRADA

A atual DEN insiste em não reconhecer que o modelo de realização do CONAF não atende mais aos objetivos dos Auditores. Em vez de ser um evento técnico e respeitado pela sociedade, virou mero palco de alterações estatutárias, sem qualquer atrativo para a própria categoria dos Auditores-Fiscais. O que se observa é um evento cada vez mais esvaziado, criticado pelos seus elevados custos.

A diretoria atual sempre foi contra o voto pela internet e o voto virtual, em assembleia, no CDS ou mesmo no processo eleitoral. Parecem querer viver ainda no século XX, ignorando as facilidades que hoje se encontram no mundo moderno e que buscam garantir a democracia pela ampliação da participação dos filiados nos certames da



entidade. Insistem no voto por correspondência, desprezando a capacidade dos Auditores mais antigos de se modernizarem e se adequarem às novas soluções tecnológicas.

▶ DIRETORIA MISÓGINA

Durante a realização do CDS de setembro de 2022 em São Paulo, no curso da greve iniciada naquele ano, um dos episódios mais grotescos e repugnantes aconteceu.

Descobriu-se que um Diretor da atual DEN, candidato à próxima DEN pela chapa 2, que ridicularizava colegas por não estarem fazendo greve, havia preenchido o FRA na surdina e de forma retroativa, furando escandalosamente a greve!

No curso daquele CDS tal fato veio à tona e o respectivo diretor foi chamado a se explicar. Ao invés de assumir a postura covarde de ter assinado o FRA retroativamente sem ter avisado aos seus pares, ele preferiu partir para um ataque misógino contra a colega que trouxe a questão à tona. Um ataque vil, asqueroso, irreproduzível nestas linhas, incompatível com a postura que se exige de um representante da Classe e que ficou indelevelmente gravado de forma negativa.

► DIRETORIA SUBSERVIENTE

Talvez a maior decepção tenha sido a forma de atuação política da diretoria atual. A chapa que se elegeu prometendo combatividade e independência, virou um puxadinho da administração e do Governo. Ao longo do recente movimento grevista, assistimos perplexos a DEN sistematicamente tentar boicotar o movimento, por mais de uma vez tentando encerrá-lo. A DEN também burlou o estatuto da entidade deixando de fora da reunião com o ministro Haddad membros do Comando de Mobilização e da mesa do CDS, permanecendo em sessão privada por cerca de meia hora com o ministro, sem testemunhas.

A dependência da administração e do governo e a falta de combatividade da DEN durante a campanha salarial ficou dramaticamente evidente, a ponto de não passar despercebido que o verdadeiro negociador do movimento, em nome da Classe, era o secretário Barreirinhas e não o sindicato. Essa subserviência ao secretário da Receita e ao governo fica ainda mais clara quando se compara a atuação prometida na campanha eleitoral com a realidade. Seriam leões ferozes, mas viraram gatinhos companheiros, a ponto de tentarem inovar nesta última mobilização com a chamada "greve discreta", que consistia em fazer greve sem chamar atenção da mídia para não melindrar o governo.

Tentaram vender à categoria a ideia de existir 750 milhões de Reais a mais no PLOA (projeto de lei orçamentária) reservados aos Auditores-Fiscais, o que faria dobrar o valor efetivamente disponibilizado, arrancando expressão de alívio do 1º vice-presidente, que declarou em vídeo que o inexistente valor do bônus de 6.000 reais seria um ótimo negócio, numa clara demonstração de

PARA NÃO
DESAGRADAR O
GOVERNO, A DEN
TENTOU INVENTAR A
"GREVE DISCRETA"!

E MAIS TRAPALHADAS E INCOMPETÊNCIA...

▶ CONCURSO DOS NOVOS AUDITORES-FISCAIS

A atual gestão da DEN fez um desastrado editorial pedindo a suspensão do recente concurso externo, editorial esse que acabou subsidiando o MPF na ACP que requeria a suspensão do concurso, o que afligiu centenas de colegas que esperavam ansiosamente a confirmação de sua aprovação. Aliás, este comportamento é contumaz do atual grupo político que comanda a DEN, pois, em 2005, quando também estavam à frente do Sindifisco Nacional, atuaram de forma semelhante, causando enorme angústia aos aprovados daquele concurso.

▶ CONFLITO DE INTERESSES

Através do IJF, entidade presidida pelo candidato a presidente da DEN pela chapa 2, Dão Real, a DEN promoveu estudo em que conclui pelo aumento da alíquota de IRPF para quem tem rendimentos tributáveis acima de R\$ 29.052,00 (valor já corrigido pelo IPCA até hoje), o que atinge em cheio os Auditores-Fiscais.

FIGURA 5 – DISTRIBUIÇÃO DAS ALÍQUOTAS PROPOSTAS POR FAIXAS DE RENDAS MENSAIS LÍQUIDAS EM COMPARAÇÃO COM AS ALÍQUOTAS ATUAIS

TABELA DE ALÍQUOTAS LEGAIS (NOMINAIS)

Quantidade de Declarantes	FAIXA DE RENDA MENSAL LÍQUIDA		Alíquotas atuais	Alíquotas propostas
	Limite inferior (R\$)	Limite superior (R\$)		
4.935.208	0	1.908	0,00%	0,00%
5.241.755	1.908	2.862	7,50%	0,00%
4.769.248	2.862	3.816	15,00%	15,00%
3.229.347	3.816	4.770	22,50%	22,50%
10.492.466	4.770	23.850	27,50%	27,50%
322.964	23.850	28.620	27,50%	30,00%
354.903	28.620	38.160	27,50%	35,00%
	28.620	38.160	27,50%	35,00%

TRIBUTAR OS SUPER-RICOS PARA RECONSTRUIR O PAÍS

NOVA PROPOSTA DE LEI TRIBUTÁRIA QUE AUMENTA OS VALORES-PISOS E AS PROPOSTAS DE AUMENTO DE ALÍQUOTAS DE IRPF E IRPJ. AUMENTO ACUMULATIVO DA ALÍQUOTA DE IRPF PARA RENDIMENTOS ACIMA DE R\$ 29.052,00 (VALOR JÁ CORRIGIDO PELO IPCA ATÉ HOJE). AUMENTO ACUMULATIVO DA ALÍQUOTA DE IRPJ PARA RENDIMENTOS ACIMA DE R\$ 29.052,00 (VALOR JÁ CORRIGIDO PELO IPCA ATÉ HOJE).

AUTORES

Carlos Cesar Candal Moreira Filho, Clair Maria Hickmann, **Dão Real Pereira dos Santos,**

Isac Falcão, Luiz Tadeu Matosinh

Siqueira, Paulo Gil Hölck Introíni e R

Dão Real Pereira dos Santos,

► MÁ GESTÃO DO PLANO DE SAÚDE E DO SINDIFISCO

O nosso plano de saúde, depois de experimentar 3 anos de sucessivos superávits durante a gestão anterior, acumula déficits sucessivos desde 2022, **caminhando para um déficit estimado de 30 milhões de Reais neste ano**, o que coloca em risco a saúde financeira do plano. No meio desse caminho, a atual gestão da DEN resolveu acabar com a terceirização dos serviços, optando por um modelo que aumenta muito o número de funcionários. Não satisfeita, tentou criar uma modalidade do plano para atender aos funcionários às custas dos filiados e autorizar que filiados titulares de um plano inferior e, portanto, mais barato, mantivessem dependentes em uma modalidade superior, iniciativas essas com potencial para aumentar ainda mais o déficit do plano. Felizmente, essas duas últimas medidas foram barradas por exigência da categoria, que se mobilizou para impedir a sua implementação.

Os gastos da diretoria explodiram na atual gestão, ocasionando déficits orçamentários constantes que não foram justificados pela DEN atual e que consumiram entre 2022 e 2024 cerca de 50 milhões de Reais das reservas do plano.

ANO	BENEFICIÁRIOS	DÉFICIT/SUPERÁVIT
2018	16.166	(5.398.427,61)
2019	20.121	11.143.457,51
2020	23.256	57.620.421,17
2021	26.678	33.038.138,06
2022	29.306	(11.807.207,93)
2023	30.667	(15.480.974,49)

▶ JURÍDICO INÁBIL E PERDEDOR

O jurídico do nosso sindicato, antes respeitado por ter estratégia e postura vencedora, transformou-se em um jurídico perdedor, **acumulando derrotas na GAT, na ação da paridade no bônus (uniformização de jurisprudência negativa no TNU), na ação da progressão dos colegas novos.** Esse ponto merece especial atenção dos Auditores-Fiscais, pois existem ações judiciais que podem gerar muitos milhares de Reais para os filiados ou, nas mãos de um jurídico inábil, inexperiente e desconhecedor dos meandros do mundo jurídico, trazer enorme prejuízo individual na forma de honorários de sucumbência a serem pagos à União.

EXISTEM AÇÕES JUDICIAIS QUE PODEM GERAR MUITOS MILHARES DE REAIS PARA OS FILIADOS OU, **NAS MÃOS DE UM JURÍDICO INÁBIL, INEXPERIENTE E DESCONHECEDOR DOS MEANDROS DO MUNDO JURÍDICO**, TRAZER ENORME PREJUÍZO INDIVIDUAL NA FORMA DE HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA

▶ BAGUNÇA NA CONDUÇÃO DA PAUTA SALARIAL

A atual gestão do Sindifisco Nacional perdeu o prazo para fazer a assembleia sobre a aceitação da proposta salarial do Governo para reajustar os benefícios como os auxílios creche, alimentação e ressarcimento à saúde. Tal atitude colocou em risco a oportunidade de abrir mesa de negociação para tratar do reajuste do vencimento básico, que beneficia todos da Classe. À época era dado como certo pela DEN que estava garantido o reajuste do vencimento básico na proporção de 4,5% em 2025 e 2026 para todos os servidores, o que se mostra agora mais uma falsa promessa como tantas outras.

Aliás, a DEN encaminhou contra a aceitação dessa proposta de reajuste dos benefícios na assembleia de 24/04/2024, mas felizmente a categoria a aprovou, senão nem reajuste dos benefícios teríamos, muito menos a possibilidade de lutar por aumento do vencimento básico.

E por que foi mesmo que a DEN perdeu prazo para chamar a assembleia sobre o aumento dos benefícios? Porque a sua prioridade era aprovar as alterações estatutárias discutidas durante o infrutífe-



ro CONAF, em detrimento do interesse da categoria no aumento de sua remuneração.

Da mesma forma, a DEN atual, durante a negociação salarial, perdeu a oportunidade de conseguir uma melhora na escadinha dos aposentados, por incapacidade (ou pressa para encerrar a negociação e parar de incomodar o governo) de aproveitar o fato de haver espaço no FUNDAP, já que o governo não atendeu ao pleito de destinar 25% dos recursos do fundo para o bônus em 2024, 2025 e 2026, colocando um subteto para a percepção da gratificação. Não haveria melhor oportunidade para reivindicar, no mínimo, tratamento semelhante ao da AGU, cujos aposentados melhoraram a sua remuneração para 52% dos honorários dos ativos.

▶ DESRESPEITO AOS COLEGAS EX-PREVIDENCIÁRIOS

É preciso lembrarmos da aviltante recepção efetuada por diversos líderes do atual grupo que comanda a DEN aos colegas oriundos da Previdência no processo de unificação da Receita Federal com a Previdência, iniciada em 2005 e concluída em 2007.

Lideranças da atual DEN diziam e publicaram em boletim do Sindicato, à época, que a unificação seria um verdadeiro “Trem da Alegria”, demonstrando um tom pejorativo, desrespeitoso e de rebaixamento dos valorosos colegas oriundos da Previdência.



▶ INDÚSTRIA DAS MULTAS E O TRABALHO CONTRA O BÔNUS DE EFICIÊNCIA

O projeto do bônus de eficiência teve início ainda em 2012, gestado pelo grupo político da chapa Novo Rumo, que vislumbrava, já naquela época, que o modelo de remuneração por subsídio, que outrora havia sido interessante, deixara de ser, pois inúmeras carreiras passaram a perceber por subsídio com atrelamento aos valores pagos ao do Auditor-Fiscal, o que, por decorrência, impedia o distanciamento da remuneração do nosso cargo dos demais cargos do Poder Executivo Federal.

O projeto do bônus de eficiência foi aprovado pela Classe em Assembleia Nacional no ano de 2016 e passou a sofrer inúmeros ataques ferozes da então oposição, atual DEN e autodenominada Frente Pela Paridade.

Cegos pela volta do subsídio como modelo remuneratório, sabotaram inúmeras vezes o bom andamento do processo de regulamentação do Bônus de Eficiência, sendo o maior exemplo a criação da tese da “Indústria das Multas”, que matou a possibilidade de a base de cálculo do Bônus vir definida em lei. Não fosse essa desastrada atuação, hoje teríamos à disposição dos Auditores pelo menos 5,1 bilhões de reais na base de cálculo do bônus, pois esse foi o montante da rubrica de multas de ofício arrecadadas no ano passado. Tal montante provavelmente seria suficiente para todos os Auditores ativos estarem no teto salarial e os aposentados, no mínimo, muito próximos disso.

BASE CÁL	TOTAL
Fundaf RF	13,845,276,706
Fundaf PC	3,454,500,619
(-) Siscom	413,602,055
(-) Multas	5,115,046,367
(-) 20% Ju	602,207,159
(-) Encarg	443,464,826
TOTAL	10,725,456,918

A última tentativa de matar o bônus de eficiência foi logo no início da atual gestão da DEN. E quem denunciou isso foi a própria vice-presidente no CDS realizado em junho de 2024, em Belo Horizonte, no qual ela expôs para a Classe que, ainda durante o período de transição do governo Lula 3, diretores da DEN disseram ao governo que pretendiam incorporar o bônus ao vencimento básico (e assim enterrá-lo definitivamente). Corroborando as palavras da vice-presidente, o próprio presidente da DEN durante um CDS em novembro de 2022 disse que pretendia convocar para o início do ano seguinte uma plenária para estabelecer uma nova pauta remuneratória para a Classe.

Mas a atuação de outra entidade de Auditores-Fiscais acabou por enterrar a manobra, ao se reunir com o então futuro Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, e falar sobre a existência da reivindicação de regulamentação do bônus, que prontamente despertou o interesse do futuro dirigente, que defendeu o tema junto ao ministro Haddad, que abraçou a iniciativa e efetivamente defendeu a regulamentação do bônus. A atual DEN teve, pois, que mais uma vez curvar-se ao desejo da Classe.



**Diante de todo esse histórico,
você, colega Auditor-Fiscal,**

CONFIARIA MAIS UM
MANDATO
PARA ESTE GRUPO
QUE SÓ FEZ
SABOTAR
O DESEJO DA CLASSE?

**NOVO
RUMO**
VOTE CHAPA 1



O QUE FIZEMOS NA GESTÃO NOVO RUMO - 2019 A 2021

A gestão anterior à atual DEN enfrentou uma conjuntura totalmente desfavorável e diversa da atual, mas, além de 02 anos da pandemia mundial, e inobstante um Governo e parte do Congresso Nacional declaradamente anti-servidor, conseguiu neutralizar diversos ataques que seriam fatais para a Classe, com um trabalho de muita articulação política e de excelência técnica, pautados estritamente nos interesses dos Auditores-Fiscais.

► ANAC

Essa novela começou com a Resolução ANAC n.º 278/2013, a qual previa, de maneira absurda, a inspeção pessoal aos Auditores-Fiscais por terceirizados dos aeroportos do país, configurando uma situação esdrúxula e afronta direta à precedência constitucional da administração tributária e aduaneira sobre demais setores administrativos. Estabelecida em 2013, esta Resolução estava suspensa por medida judicial até o final de 2018, quando a liminar obtida pelo Sindifisco Nacional foi derrubada, em novembro daquele ano. Esta era uma das principais reivindicações

da Classe, e mesmo antes da Diretoria anterior assumir o Sindicato, já em dezembro de 2018 a prioridade ao tema foi máxima e a situação foi definitivamente resolvida com a publicação da Resolução ANAC n.º 594/2020.

► NOTA COPES E VAZAMENTO DE DADOS

No início de 2019, mais precisamente em 07 de fevereiro, os Auditores-Fiscais se tornaram alvo de ataques constantes de altas autoridades políticas, do TCU e do Judiciário, por ocasião do vazamento da Nota Copes n.º 48/2018 e, em especial, de informações sigilosas sobre procedimento fiscal envolvendo ministros do STF e pessoas a eles ligadas. Por conta destes vazamentos, dois Auditores-Fiscais foram afastados pelo ministro do STF Alexandre de Moraes, no âmbito do inquérito das "Fake News". Nesse ambiente adverso, nossa Diretoria conseguiu reverter os afastamentos dos Auditores-Fiscais por meio de uma ação judicial patrocinada por um ex-ministro do STJ. Além da defesa judicial, a Direção Nacional daquela gestão fez um trabalho de mobilização da opinião pública buscando esclarecer o quão importantes para a sociedade eram as fiscalizações das PPEs e o papel dos Auditores na investigação dos chamados "crimes do colarinho branco", além de fortalecer a imagem dos Auditores através de um trabalho exitoso junto aos mais relevantes veículos de comunicação.



▶ EMENDA DA MORDAÇA

Ainda nesse ambiente de hostilidade à Receita Federal, tramitou no Congresso Nacional a MP 870/19, que tratava da reestruturação administrativa do governo federal e que trouxe no seu bojo uma emenda "jabuti" (emenda da mordaza), a qual restringiria a atuação dos Auditores-Fiscais nos chamados crimes conexos à sonegação fiscal. Na prática, impedia a atuação dos Auditores no que diz respeito às investigações de "crimes do colarinho branco", assim como os de lavagem de capitais. O trabalho da Direção Nacional foi de extrema habilidade política ao congregar apoio parlamentar de partidos da esquerda, de centro e de direita, como PSOL, PSB, PT, NOVO, MDB e o antigo PL, revelando independência ideológica de atuação, prestigiando os interesses dos Auditores-Fiscais. Somando-se à articulação política bem-sucedida, foi feito um primoroso trabalho de comunicação, colocando o tema em todos os veículos importantes da imprensa nacional e nas redes sociais, contribuindo de forma decisiva para reverter os ataques às atribuições do cargo. Em uma memorável votação no plenário da Câmara, a emenda "jabuti" foi derrubada por pressão de alguns parlamentares e a atribuição do cargo preservada.



▶ PEC 186/2019 – FUNDAP

Esta talvez tenha sido a mais difícil e importante vitória que a Classe vivenciou nos últimos anos, pois sem ela não estaríamos hoje debatendo as questões que envolvem o bônus de eficiência. Isso porque em 2019 o governo federal propôs uma Emenda Constitucional (PEC 186 - PEC Emergencial) em que se propunha extinguir o FUNDAP e, conseqüentemente, o bônus de eficiência. Além disso, a PEC 186/19 continha dispositivo para reduzir em 25% o salário dos servidores públicos mediante redução da jornada de trabalho no mesmo percentual.



Em um brilhante trabalho de articulação política de bastidores, a Direção Nacional anterior conseguiu que um parlamentar do PDT apresentasse um destaque supressivo, que fez com que o governo precisasse de 308 votos para sua derubada. Mesmo com toda a pressão contrária, capitaneada pelo então líder do governo, a Classe sagrou-se vitoriosa por uma diferença de 6 votos. O dia 21 de março de 2021 ficou marcado pelo extraordinário resultado alcançado pela articulação entre todos os fiscos e dezenas de parlamentares.

▶ APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO DA LEI DE IMPROBIDADE

A gestão anterior da DEN atuou intensamente junto ao relator da proposta, deputado federal Carlos Zarattini (PT-SP), na construção do texto consubstanciado na Lei 14.230/2021, a qual modificou sensivelmente a Lei 8.429/92 – Lei de Improbidade Administrativa –, passando a conceder garantias maiores aos servidores acusados e evitando a abertura de processos administrativos disciplinares sem justa causa.

Entre as alterações efetuadas pela Lei 14.230/2021 está a exigência de comprovação de dolo específico para a condenação por ato de improbidade e o nexo entre acréscimo patrimonial e as atribuições do cargo, além do aperfeiçoamento do conceito de ato de improbidade que atente contra os princípios da Administração Pública, o que contribui para maior segurança jurídica na atuação dos Auditores-Fiscais.



▶ BÔNUS DE EFICIÊNCIA E TCU

No início de 2019, o TCU havia decidido pela suspensão do pagamento do bônus de eficiência aos aposentados e pensionistas, causando enorme angústia aos atingidos pela decisão. A Direção anterior agiu rapidamente, ingressando com Mandado de Segurança nº 35494 no STF, provido por 9 a 2, declarando que o TCU não possui competência para apreciar a constitucionalidade em relação ao pagamento do bônus aos aposentados e pensionistas.

BATALHAS NO TCU, NO STF E NO CONGRESSO

SEM ESSAS AÇÕES DA GESTÃO DO NOVO RUMO, A CLASSE SEQUER PODERIA REIVINDICAR A REGULAMENTAÇÃO DO BÔNUS.

Apesar da decisão da Suprema Corte, posteriormente um ministro do TCU questionou a possibilidade de regulamentação do bônus de eficiência por decreto do Poder Executivo, congelando a sua tramitação por mais de 2 anos. Somente em julho de 2021, o TCU reconheceu, por 6 votos a 1, que não cabe à Corte de Contas exercer controle de constitucionalidade de lei, nem em abstrato e nem em caso concreto, fazendo com que o processo de tramitação do decreto de regulamentação do bônus de eficiência voltasse a andar. Articulação estratégica, somada ao profissionalismo dos componentes da então Diretoria Nacional garantiram mais uma vitória conquistada para a Classe.

► JURÍDICO VITORIOSO: ADI DO BÔNUS

Na gestão anterior, além das já citadas vitoriosas demandas judiciais, destacamos duas em especial, pela relevância dos temas e pela estratégia jurídica desenhada pelo escritório Peres&Novacki Advocacia e Consultoria.

A primeira ação a ser destacada é a ADI 6562, proposta em 19/06/2020, pela Procuradoria-Geral da República no STF em razão de representação feita pelo TCU, que pretendia declarar inconstitucional a Lei n.º 13.464/17. Após análise criteriosa efetuada pelo Jurídico da DEN anterior, o escritório Peres&Novacki foi contratado para atuar no caso. E obteve uma vitória importantíssima para os Auditores. O STF, por unanimidade, decidiu pela constitucionalidade da Lei 13.464, com direito a um voto magistral proferido pelo relator da ADI, ministro Gilmar Mendes.

É preciso lembrar que o grupo da atual Direção Nacional, de forma espúria e eleitoreira, lançou mão daquilo que sabem fazer de melhor: enlamear biografias com narrativas mentirosas, difundindo *fake news* e, induzindo a Classe a desconfiar da lisura na celebração de tal contrato. Pois bem, o escritório contratado ganhou a ação por 11 votos a zero. A Classe comemorou a vitória e os advogados, tão questionados pela atual Diretoria, acabaram sendo sondados para assumir outra ação, mas as tratativas não avançaram.

Outra ação que destacamos são as execuções dos 3,17% para os filiados do ex Unafisco Sindical. Tais execuções haviam sido extintas por supostas litispendências apontadas pela AGU. Essas extinções foram revertidas no STJ e beneficiaram cerca de 8,4 mil Auditores-Fiscais ativos, aposentados e pensionistas. A categoria perdia por 0 x 10, em sede de Embargos. O escritório Peres&Novacki conseguiu reverter o placar pelo mesmo quórum, 10 x 0, só que em favor dos Auditores-Fiscais.





► DEFESA DOS INTERESSES DOS APOSENTADOS

A gestão anterior da Direção Nacional foi marcada por uma forte atuação em defesa dos interesses de nossos aposentados e pensionistas. Graças ao trabalho de excelência, foram inscritos mais de 10 mil precatórios em junho de 2021, com previsão de recebimento em 2022, referentes às vitórias nas ações dos 28,86% e dos 3,17%. Apesar do ambiente hostil no Congresso e no Governo ao pleito dos servidores, **a Direção anterior buscou emplacar emendas na Medida Provisória nº 899/2020 para acabar com a escadinha do bônus**, em meio à pandemia da Covid-19, a qual infelizmente não obteve o necessário apoio dos parlamentares, especialmente em razão das incertezas do cenário fiscal, agravado pelo momento pandêmico.

► MAIS CONQUISTAS

Outras conquistas são oportunas de serem lembradas:

- após mais de uma década, o direito ao porte de arma foi reconquistado;
- a tão sonhada LOF (Lei Orgânica dos Fiscos) foi emplacada na Constituição Federal pelo trabalho de articulação política na Reforma Tributária;
- o chamado "PAD-Gestor", que previa a abertura de PAD fora do ambiente de corregedoria, foi enterrado após uma contundente atuação da Direção anterior;
- foi criado o Prosed, um processo de escolha de gestores de forma mais transparente e democrática, que preservava a rotatividade de ocupação destes cargos e amplia a participação dos Auditores-Fiscais.

Diferentemente do que ocorre hoje, em que o Governo concede de ofício um reajuste de 9% aos servidores, se dispõe a dialogar com o sindicato e abraça a bandeira da regulamentação do bônus, o período de 2019 a 2021 foi claramente hostil aos servidores, com ataques constantes aos Auditores-Fiscais e à própria Receita Federal. Inobstante esse cenário adverso, a Direção Nacional anterior colecionou diversas vitórias e avanços para a Classe, o que ressalta os feitos realizados e mostra uma atuação firme e intransigente na defesa das atribuições dos Auditores, em uma atuação descontaminada de ideologias políticas, pautada unicamente nos interesses dos Auditores-Fiscais. Se há um lema que possuímos é que o "nosso partido é o Auditor-Fiscal da RFB!"

O QUE VAMOS FAZER NA PRÓXIMA GESTÃO

Defendemos uma atuação justa, equilibrada e transparente, focada na valorização do cargo, fundamentada em diálogo e negociação, e norteada sempre pelas demandas da Classe. Sem dispensar medidas enérgicas que possam ser necessárias à garantia dos direitos dos Auditores-Fiscais, defendemos um posicionamento contínuo de diálogo e construção, mas independente em relação à Administração da Receita Federal, ao Governo e de correntes ideológicas. Aspiramos à formação de uma direção pautada pelos princípios insculpidos no estatuto do Sindifisco Nacional, pelo fortalecimento da autoridade do Auditor-Fiscal e pela urgência em se retomar a atuação corporativa, atualmente relegada a planos inferiores, capaz de alavancar intensa e permanente interação com a Classe, que precisa, urgentemente, se fazer representada novamente.

Acreditamos que a segmentação atual, em que ativos e aposentados se contrapõem a cada quesito, além de nos enfraquecer, nos torna alvos fáceis, despedaçando a categoria cada vez mais. Por isso, nossa busca é pela união, um novo olhar, uma nova abordagem que seja capaz de unir interesses diversos, buscando o equilíbrio e a força que nos é inata enquanto categoria. Nossa luta é pelo retorno do protagonismo técnico e destaque da excelência que nos são tão caros à Classe desde sempre, garantindo o retorno do nosso cargo aos principais órgãos de imprensa, nos debates do Congresso Nacional, nas comissões técnicas e grupos de trabalho, no meio acadêmico, defendendo um sistema tributário mais justo, uma aduana mais forte, atuante e respeitada e uma previdência social mais segura.

“ UM
NOVO RUMO
PARA O NOSSO
CARGO
COMEÇA
AGORA! ”

1- COMPROMISSO COM OS APOSENTADOS:

Os aposentados sentem-se desprestigiados pela diferença remuneratória que percebem em relação aos ativos. Esse sentimento de abandono tem provocado uma indesejada divisão em nossa categoria que a chapa Novo Rumo tem o compromisso de extinguir. E isso não se faz com promessas fantasiosas ou meramente eleitoreiras.

Em 2021, a chapa vencedora prometeu bônus com paridade, mesmo sabendo que a regulamentação do bônus se faria por decreto e a paridade precisaria de lei para ser reestabelecida, ou seja, era uma promessa eleitoreira que não tinha como se concretizar. A regulamentação do bônus saiu, mas por ação do Ministro Haddad e do Comando de Mobilização, e não por esforço da DEN, que claramente mais atrapalhou a mobilização do que ajudou.

UMA VEZ ELEITA, A **CHAPA NOVO RUMO** INICIARÁ GESTÃO JUNTO À ADMINISTRAÇÃO DA RECEITA FEDERAL PARA IMPLEMENTO DE AÇÕES VISANDO, NO CURTO PRAZO, INCREMENTAR A BASE DE CÁLCULO DO BÔNUS, TANTO NO QUE CONCERNE AO AUMENTO DO PERCENTUAL DO FUNDAF A ELE DESTINADO, QUANTO NO AUMENTO DA ARRECAÇÃO PELA OTIMIZAÇÃO DO DESEMPENHO DO ÓRGÃO, **DE MODO A ELEVAR O VALOR DO BÔNUS DESTINADO AOS APOSENTADOS, CONTEMPLANDO O JUSTO PLEITO DAQUELES COLEGAS SEM REDUZIR OU CONGELAR O BÔNUS DOS ATIVOS.**

Diante da absoluta necessidade de sermos francos com ativos e aposentados, precisamos firmar alguns compromissos.

O primeiro deles é que o nosso Norte é o pagamento do bônus máximo e integral para todos.

Até que o atinjamos, precisamos de alternativas para recompor o poder aquisitivo dos colegas aposentados e o apoio dos ativos será fundamental, seja no Congresso Nacional, seja nas mobilizações que se façam necessárias. Por isso é estratégico estarmos todos, ativos e aposentados, caminhando na mesma direção, sem boicotes internos, como é comum em nossa categoria.

Temos de ter seriedade e responsabilidade para não vender ilusões, porque os aposentados não suportam mais discursos demagogos e eleitoreiros. Por isso apresentamos um cardápio de opções aos colegas que queiram se engajar conosco para conseguirmos avançar na recomposição do poder aquisitivo dos aposentados.

O que a chapa Novo Rumo construirá, enquanto não conquistado o bônus máximo e integral para todos:

- Substituição da atual tabela da Lei 13.464/2017, por uma redação semelhante ao inciso II do art. 31 da Lei 13.327/2016, seguindo o mesmo paradigma negocial exitoso da AGU;
- Atuação junto ao Executivo para elevação dos atuais 25% que constam do inciso IV do § 2º do Decreto 11.545/2024;
- Aumento da base de cálculo do FUNDAF, através de iniciativas que incrementem a arrecadação, sem elevação da carga tributária, a exemplo da transação Tributária na Receita Federal, nos mesmos limites legais autorizados para a PGFN;
- Redução gradual do pagamento da contribuição previdenciária pelos aposentados, nos termos da PEC 06 (Pec Social).

Além disso, a chapa Novo Rumo também trabalhará para melhorar a eficiência no atendimento das demandas de nossos aposentados junto ao DECIPEX, órgão que vem sofrendo inúmeras críticas pelo mau atendimento que vem dando aos nossos filiados.

2- BUSCA DO AUMENTO DO VENCIMENTO BÁSICO

Paralelamente à luta pelo incremento do bônus, é fundamental a luta pelo aumento do vencimento básico, que deve sempre apresentar valor condizente com a importância de nosso cargo e cujo aumento beneficia tanto ativos como aposentados.

3- MELHORIA DO RELACIONAMENTO DA RECEITA FEDERAL COM OUTROS PODERES DA REPÚBLICA

Para o fortalecimento do cargo, é essencial que a Receita Federal se aproxime, de forma republicana, dos demais Poderes, especialmente do Congresso Nacional e dos Tribunais Superiores, por onde tramitam relevantes temas de interesse dos Auditores-Fiscais e da Receita Federal.

A chapa Novo Rumo se dispõe a fortalecer esse relacionamento que, para ser eficaz, precisa ser abraçado também pela administração do Órgão.



Líder do MDB, Deputado Federal Baleia Rossi (MDB/SP)



Ex-senadora e Ministra do Planejamento e Orçamento Simone Tebet (MDB/MS)



Senador Randolfe Rodrigues (PT/AP)



Ex-Deputado Federal Vicente Cândido (PT/SP), Ex-Senador Paulo Rocha (PT/PA), Ex-Governador do Distrito Federal Ângelo Queiroz (PT/DF) e Ex-Senador Wilmar Lacerda (PT/DF).

4- REALIZAÇÃO DE CERIMÔNIAS DE POSSE

Trabalharemos junto à Administração da Receita Federal do Brasil para que a valorização dos Auditores-Fiscais se inicie desde o primeiro momento de contato com a Casa, na posse. É imperativo que a administração do órgão realize cerimônia de posse para os Auditores-Fiscais, demonstrando a importância de nosso cargo, a exemplo do que ocorre com os fiscos estaduais e diversos órgãos de autoridades federais, de forma centralizada em Brasília/DF, com a presença do Ministro da Fazenda e outras autoridades de primeiro escalão da República.

É preciso darmos concretude à expressão “noção de pertencimento” e isso se constrói com iniciativas como a solenidade de posse, que substituirá a mera assinatura de um termo, muitas vezes na presença somente de servidores administrativos, com celebrações relegadas às entidades de classe, diferentemente do que ocorre em outros cargos federais e nos Fiscos Estaduais e muitos Municipais.

5- ATUAÇÃO PELA APROVAÇÃO DA LEI ORGÂNICA DO FISCO - LOF

A aprovação da LOF é fundamental para o futuro do cargo e para dar guarida a novas pretensões da categoria, tanto as remuneratórias como as não remuneratórias.

Idealizada em 2005 pelo grupo político que compõe a chapa Novo Rumo e prevista no art. 50 da Lei 11.457/2007 (a chamada lei da fusão dos fiscos) por influência desse mesmo grupo, a LOF permanece desde então como uma das principais bandeiras da nossa Classe. Ainda em 2007 foi proposta a PEC 186, que versava sobre autonomia para o Fisco e a Lei Orgânica. Essa PEC chegou a ser aprovada na Comissão Especial da Câmara em 2013, mas não foi apreciada em plenário devido às resistências em torno da autonomia dos Fiscos.

**A APROVAÇÃO
DA LOF É
FUNDAMENTAL
PARA O FUTURO DO
CARGO E PARA DAR
GUARIDA A NOVAS
PRETENSÕES DA
CATEGORIA, TANTO
AS REMUNERATÓRIAS
COMO AS NÃO
REMUNERATÓRIAS.**

Também no ano de 2013, depois de anos de debates, finalmente chegou-se a uma versão final de uma proposta de LOF para a Receita Federal, acordada entre a administração da RFB e o Sindifisco, que obteve também o aval da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda, sendo em seguida encaminhada à assessoria jurídica do MF (PGFN). A assessoria se pronunciou no sentido de que, por ser um regime funcional especial, a LOF carecia de ter previsão constitucional. Assim, depois de congelada durante anos em função dessa exigência, na reforma tributária que foi recentemente aprovada na Câmara, num trabalho conjunto dos fiscos federal, estadual e municipal, foi acrescentado o §17 ao art. 37 da Constituição Federal.

Esse dispositivo entrará em vigor em 2027. É a tão sonhada oportunidade que sempre buscamos de nos desvincular das demais carreiras do

Poder Executivo, para que possamos ter de fato o tratamento diferenciado que merecemos, como provedores de recursos públicos e sendo uma das poucas carreiras que geram receita para a União.

Mas essa ação pela LOF deve envolver não apenas os parlamentares dos mais diferentes espectros políticos, mas também um trabalho cuidadoso de convencimento da Alta Administração da Receita Federal e do próprio governo, cujo engajamento no processo é fundamental.

Ninguém melhor do que o grupo político que criou a ideia da LOF na Receita Federal, quando se falava tão somente em “plano de carreira”, que negociou os seus termos e foi capaz de convencer a Administração e o governo da importância da LOF, para alcançar os melhores resultados para a Classe nessa fase conclusiva da tramitação da referida Lei.

6- REALIZAÇÃO DE ESTUDOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE VERBAS ADICIONAIS

Nos últimos tempos, diversas carreiras do serviço público têm buscado aumento na remuneração através da implementação de auxílios e verbas adicionais, as quais muitas vezes são tratadas como verbas indenizatórias, sem tributação pelo imposto de renda e com valores expressivos.

Desta forma, é importante a implementação de estudos e posteriormente a apresentação de propostas de criação e ampliação dessas verbas adicionais para a categoria.

6.1- Incremento do Auxílio-Saúde

A exemplo dos policiais federais, que conquistaram o recebimento de auxílio-saúde sustentado pelo FUNAPOL, um fundo para aparelhamento e operacionalização das atividades-fim da Polícia Federal, buscaremos elevar o valor recebido a título de saúde suplementar, tendo como fonte de despesa o FUNDAF, que é o fundo especial destinado a atender, dentre outros encargos, àqueles

inerentes ao desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades de fiscalização dos tributos federais. A adoção do critério etário, ou seja, quanto maior a idade, maior o valor recebido, visa a contrabalançar as despesas com o plano de saú-

LUTA PELA IMPLEMENTAÇÃO DE VERBAS ADICIONAIS PARA A VALORIZAÇÃO DO AUDITOR E DO CARGO

de que aumentam muito com o passar dos anos, sendo também uma forma de minimizar os efeitos perversos provocados pela escadinha no bônus de eficiência.

6.2- Adicional de sobreaviso

Uma das verbas adicionais que a chapa Novo Rumo trabalhará com prioridade é o chamado “Adicional de Sobreaviso”. Farão jus a esta verba indenizatória todos aqueles Auditores-Fiscais que, pela natureza de sua atividade, precisarem ficar de sobreaviso em finais de semana e feriados, ainda que não sejam convocados para trabalhar, nos mesmos moldes do que outros órgãos do Poder Executivo Federal já possuem.

Estudos técnicos serão efetuados para se identificar a legislação específica que deverá ser modificada e os recursos necessários à sua implementação. Com o projeto finalizado, os

esforços serão concentrados para que a Administração da Receita encampe a ideia e, assim, facilite o trabalho de produção normativa para que esta conquista seja viabilizada.

6.3- Aprovação de adicional de periculosidade a todos os Auditores-Fiscais

Nossa atividade pressupõe risco, seja ela em que setor do órgão seja exercida. Ademais, como a discussão do crédito tributário é de longa duração, pode ocorrer de colegas sofrerem ameaças ou até mesmo atentados depois de anos, mesmo quando estejam exercendo atividades diferentes das que exerciam antes.

“NOSSA
ATIVIDADE
PRESSUPÕE
RISCO,
SEJA ELA EM QUE
SETOR DO ÓRGÃO
SEJA EXERCIDA”

A cobrança de tributos, ademais, muitas vezes implica enfrentar grandes grupos econômicos e até mesmo criminosos, o que evidencia o risco a que todos estamos sujeitos. O trabalho da Aduana, de impedir a entrada de bens objeto de contrabando, descaminho ou atentatórias à saúde do contribuinte igualmente justifica a percepção desse adicional pelos riscos associados ao controle do comércio exterior pelos Audito-

res. A Administração da RFB já tem reconhecido aos Auditores-Fiscais lotados em alguns setores o direito à percepção do adicional de periculosidade, mas devemos buscar estendê-lo a toda a classe. Esse é mais um compromisso da Chapa Novo Rumo.

6.4- Revisão do valor do adicional de fronteiras

Os colegas que atuam em regiões de fronteira inóspitas devem receber a devida compensação, até para que haja incentivo à permanência por um tempo maior no local, permitindo uma melhor transmissão do conhecimento e da experiência para os demais colegas.

A ideia é associar o adicional a um tempo máximo de permanência para darmos previsibilidade aos colegas e à Administração de que áreas de fronteira, em regra perigosas e de difícil provimento, estejam com lotação em quantidade adequada para cumprimento dos desafios institucionais.

Assim, a Chapa Novo Rumo buscará a revisão dos valores atualmente pagos, os quais se mostram insuficientes para vencer os desafios de fixação de Auditores nessas localidades de difícil provimento.

6.5- Adicionais por Graduações e Pós-Graduações

A capacitação contínua é fundamental no exercício profissional, e em especial no cargo de Auditor-Fiscal, e é importante que a Receita Federal estimule a realização de cursos de graduação e de pós-graduação, por meio do pagamento de gratificações, com recursos oriundos do FUNDAF, sem aumento de despesas não vinculadas no orçamento federal.

Para tal, é fundamental a refundação da Escola de Administração Fazendária, ESAF, que deverá voltar a administrar os concursos e cursos de formação dos Auditores e promover cursos de pós-graduação e especialização.

7- GARANTIAS PARA O TELETRABALHO E TRABALHO REMOTO (HOME OFFICE)

Nos últimos anos, houve uma tendência na Receita Federal de permitir e até incentivar o teletrabalho e trabalho remoto, o que se intensificou com a pandemia – embora, como dito, a tendência seja anterior a ela –, em virtude das inúmeras vantagens advindas desses regimes de trabalho, como economia de recursos financeiros e materiais, aumento da produtividade e da motivação dos Auditores-Fiscais.

Não obstante, há uma tentativa por parte da administração da RFB de alteração das regras que regem o *home office* na Receita Federal, a pretexto de gerar o que se convencionou chamar de “senso de pertencimento”. Tal iniciativa pegou de surpresa a categoria e, caso implementada, prejudicará diversos colegas. Assim, é importante que se busque garantir a estabilidade das regras aplicáveis e, se possível, até mesmo a extensão do teletrabalho e trabalho remoto.

Nesse sentido, **a Chapa Novo Rumo irá atuar nesse debate para, com o engajamento da Classe e atuação alliva e sem subserviência ou compadrio, agir junto à Administração e, se preciso, junto a outras esferas políticas do Governo e fora dele para que sejam adotadas de fato as melhores e mais produtivas soluções**, e não apenas o que alguns administradores entendem ser a melhor alternativa.

8- DISCUSSÃO PARA REVISÃO DA LEGISLAÇÃO QUE DETERMINA QUE OS AUDITORES-FISCAIS REALIZEM ATIVIDADES DE ASSESSORAMENTO À PFN

De forma reiterada, a Procuradoria da Fazenda Nacional – PFN solicita à Receita Federal do Brasil a realização de atividades de apoio, como, por exemplo, a execução de cálculos, sendo muitas dessas atividades realizadas por Auditores-Fiscais.

A partir do momento de inscrição em dívida ativa da União, a responsabilidade pela administração do crédito tributário compete à PFN, cabendo a ela a contratação de servidores de apoio, não devendo a Receita Federal se submeter a auxiliá-la em funções que não são de sua competência. E, é bom que se diga, em hipótese alguma essa função auxiliar à PFN deveria ser exercida por Auditores-Fiscais, o que representa um claro desvio de função, que prejudica o cumprimento da missão institucional do órgão, além de malversar recursos públicos.

9- REAFIRMAÇÃO DA AUTORIDADE DE NOSSO CARGO E DIFERENCIAÇÃO EM RELAÇÃO A OUTRAS CARREIRAS

O Auditor-Fiscal da Receita Federal, de acordo com as competências atribuídas na lei de regência, é a autoridade tributária no âmbito federal. Ao cargo de Auditor deveriam ser delegadas apenas as funções diretivas do Órgão e as funções privativas do cargo. É isso o que o Estado e



“A POSSE
DEVE SER UM
**MOMENTO
SOLENE**
EM QUE A CASA
DEMONSTRA A
IMPORTÂNCIA
**DA CHEGADA
DOS NOVOS
MEMBROS**”

a sociedade esperam destes quadros técnicos. É isso que uma remuneração justa e digna deveria retribuir.

Há inúmeros exemplos que contradizem essa regra dentro do Órgão e casos em que os Auditores realizam a mesma função do Analista ou mesmo ATA, num claro despreço pelos recursos públicos, desvio que a chapa Novo Rumor se empenhará em corrigir.

No entanto, a cultura da Receita Federal é submeter os Auditores ao mesmo tratamento dos demais cargos que compõem o Órgão. Na percepção dos administradores da Casa parece haver dois grupos bem definidos: a administração e os demais cargos. Esse cenário contribui para o enfraquecimento da condição de autoridade fiscal dos Auditores que a administração deveria prestigiar. Isso não significa, em absoluto, deixar de reconhecer o valor e a importância dos demais cargos que compõem a instituição. Não se está a afirmar que um cargo é melhor ou pior que o

outro, mas que são diferentes e, por isso, precisam ser tratados com distinção.

Tal diferenciação deve se iniciar no conteúdo programático do concurso público, passando pelo curso de formação, que realmente deve formar o Auditor para os desafios que dele se esperam e não ser uma extensão do período de estudo para concurso.

A posse, como já mencionado, deve ser um momento solene, em que a casa demonstra a importância da chegada dos novos membros à instituição.

Todavia, o que vemos é cada vez mais um direcionamento a segregar todos os quadros da Receita Federal em um lado e a administração do outro, num indesejável e nocivo distanciamento, que em nada contribui para o cumprimento dos desafios que se espera do maior órgão arrecadador do país.

Nesse sentido, a chapa Novo Rumor atuará firmemente para direcionar as ações da Administração da RFB buscando reconhecer a importância dos Auditores-Fiscais e lhes conceder o tratamento adequado às atribuições que desempenha.

10- MODERNIZAÇÃO DO CONAF

A chapa Novo Rumor enxerga o atual modelo do CONAF - Congresso Nacional dos Auditores-Fiscais como um evento de alto custo, voltado exclusivamente ao público interno, sem qualquer retorno aos Auditores-Fiscais, servindo tão somente para propostas de alterações estatutárias e discussões de teses que nunca atingem ao fim pretendido.

A chapa Novo Rumor propõe remodelar o CONAF para transformá-lo em um evento de caráter técnico, voltado ao público externo, como o Parlamento, a Academia e a imprensa especializada, objetivando dar visibilidade ao Auditor-Fiscal nas suas áreas de competência.

Neste formato idealizado pela chapa Novo Rumo, o CONAF seria palco de exposição de trabalhos técnicos de alto nível, com promoção de debates em painéis previamente planejados, de modo a estimular o aprimoramento técnico, cultural e intelectual do cargo de Auditor-Fiscal, recolocando-o no patamar de protagonista na seara tributária, aduaneira e previdenciária. A reformulação do CONAF permitirá aos Auditores-Fiscais influir nas discussões e formulações da política tributária nacional, voltando a ser um ator relevante para a sociedade e sendo por ela reconhecido.

Quanto às alterações estatutárias, que hoje são atribuição do CONAF, levaremos à Classe opções para debate e escolha por enquete aberta a todos os filiados, ampliando a participação da base nas discussões.

11- ALTERAÇÃO NA NOMENCLATURA DOS CARGOS DE CHEFIA

Na linha da valorização do cargo de Auditor-Fiscal é preciso discutir a nomenclatura das funções de confiança do Órgão.

As ações do Órgão costumam repercutir na imprensa e é comum nos depararmos com a identificação do cargo fazendo menção à função comissionada do entrevistado. Além de ser uma perda de oportunidade inestimável de destacar o cargo de Auditor-Fiscal, a que pertence o administrador, permite a desconcertante confusão que a imprensa faz ao designar o feito a um Delegado da Polícia Federal, anulando ou, no mínimo, ofuscando o trabalho desempenhado pela Receita Federal.

É preciso reconhecer que muitos colegas se identificam como Auditores-Fiscais, mas a imprensa nem sempre é fiel a essa designação e gosta de emprestar importância à matéria, citando a função que o Auditor ocupa na Instituição. Em que pese a importância do desempenho da função de confiança para o direcionamento institucional, é imperativo en-

fatizarmos a referência ao cargo efetivo, pois a função é, ou deveria ser, algo transitório, mas o cargo de Auditor-Fiscal é perene.

A Chapa Novo Rumo pretende organizar essa discussão no seio da Classe, fazendo gestões junto à administração da Receita Federal a fim de modificar a nomenclatura do cargo de confiança, de forma a se prestigiar o nome do cargo efetivo, podendo, se for o caso, ser seguido da função exercida. De qualquer forma, as confusões geradas na imprensa sinalizam para a inadequação de nomenclaturas como "Delegado" ou "Inspektor", que são associados a outros órgãos da Administração Pública.

**NA LINHA DA
VALORIZAÇÃO
DO CARGO DE
AUDITOR-FISCAL
É PRECISO
DISCUTIR A
NOMENCLATURA
DAS FUNÇÕES DE
CONFIANÇA DO
ÓRGÃO.**

Essa alteração, longe de ser meramente cosmética, é uma iniciativa que deve ser somada a outras como forma de diferenciar o cargo, consolidando sua importância perante a sociedade.

12- FUNPRESP/RPC

O Regime de Previdência Complementar - RPC tem o objetivo de oferecer uma proteção adicional ao servidor na sua aposentadoria e passou a ser obrigatório para os que ingressaram no serviço público a partir de 2013. Constitui uma complementação previdenciária àquela oferecida pela previdência pública. A Funpresp-Exe foi criada para administrar e executar os planos de benefícios para os servidores públicos do Executivo federal, suas autarquias e fundações. Além dos Auditores-Fiscais que ingressaram após 2013, muitos migraram para o RPC (Regime de Previdência Complementar), o que aumenta a importância de se acompanhar o trabalho da Funpresp, pensando no futuro desses Auditores-Fiscais.

Concomitantemente ao acompanhamento das regras do Regime Geral de Previdência é de suma importância monitorar e fiscalizar a aplicação dos recursos aportados por seus participantes à Funpresp, buscando-se garantir a solidez da Fundação, o que representa garantir a previsibilidade e segurança do futuro benefício previdenciário. Assim, a gestão do Novo Rumo, ao compor sua pasta com diretores comprometidos com os diversos regimes de previdência a que estão submetidos os Auditores, participará do processo de aplicação dos recursos aportados e acompanhará a gestão de riscos e governança da Funpresp, zelando pelo seu crescimento e fortalecimento.

Ainda no cuidado com a previdência dos Auditores-Fiscais, o Novo Rumo cuidará da efetivação do resultado do processo no TCU, que decidiu pela possibilidade de contagem de tempo de serviço de ex-militares para o cálculo do Benefício Especial.

A atual DEN abandonou o tema e assistiu da arquibancada a atuação vitoriosa de outras entidades que atuaram junto aos Ministro do TCU. O Novo Rumo, integrado por Auditores-Fiscais que participaram ativamente do processo, reafirma seu compromisso na implementação da decisão do Tribunal de Contas junto ao Poder Executivo.



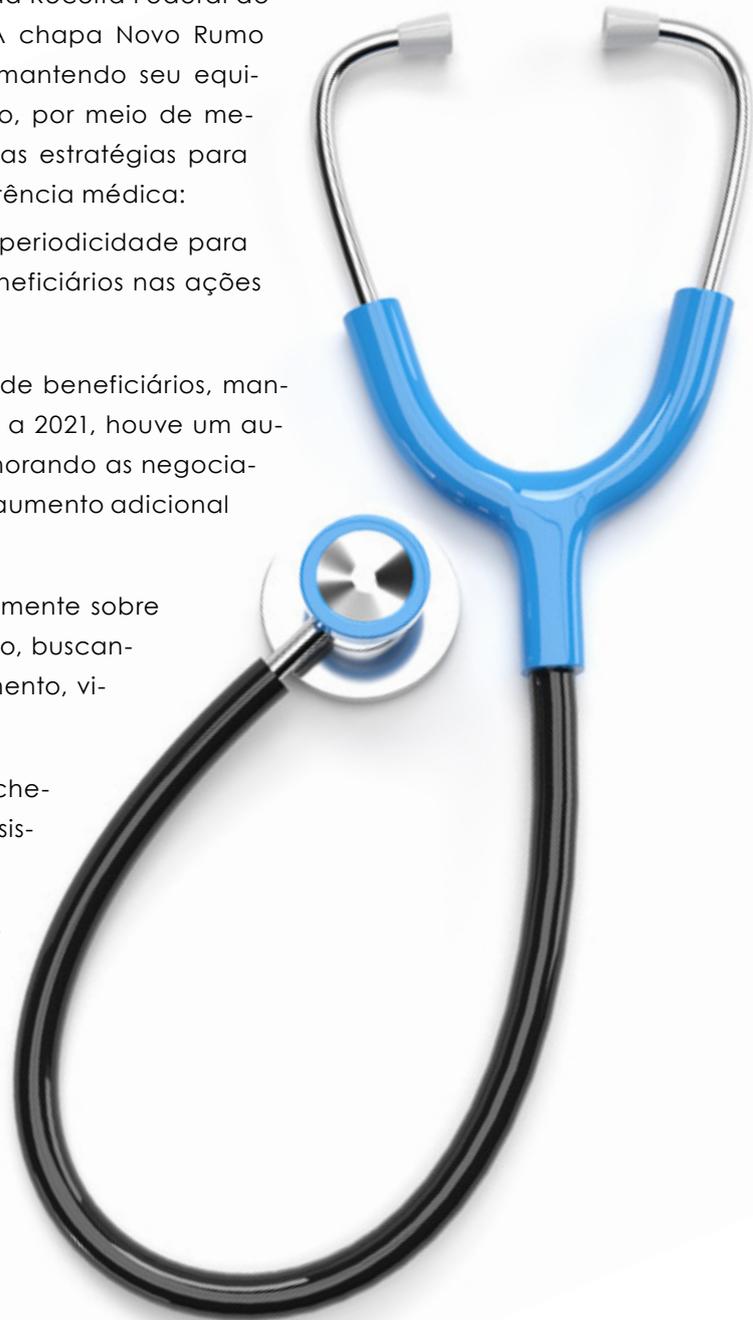
PROPOSTAS POR DIRETORIA



▶ PLANO DE SAÚDE - UNAFISCO SAÚDE

O UNAFISCO SAÚDE oferece assistência diferenciada aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil e seus familiares. A chapa Novo Rumo visa fortalecer o plano, mantendo seu equilíbrio atuarial e financeiro, por meio de medidas continuadas e novas estratégias para garantir a sustentabilidade e qualidade da assistência médica:

- 1. Continuidade dos Webinars:** Mantendo a periodicidade para garantir a transparência e participação dos beneficiários nas ações e projetos da Diretoria.
- 2. Captação de Vidas:** Aumentar o número de beneficiários, mantendo o equilíbrio atuarial e financeiro. De 2019 a 2021, houve um aumento de 65% no número de beneficiários, melhorando as negociações com prestadores. Em 2022/2024, houve um aumento adicional de 13%.
- 3. Divulgação de Custos:** Informar periodicamente sobre os custos de utilização das redes de atendimento, buscando redução de custos sem prejudicar o atendimento, visando menor índice de reajustes.
- 4. Investimento em Prevenção:** Realizar checkups, vacinação e inovações nos Programas Assistenciais para melhorar a atenção à saúde.
- 5. Governança Corporativa:** Continuar e aperfeiçoar a governança iniciada na gestão anterior para garantir a sustentabilidade do plano no mercado e os resultados superavitários experimentados entre 2019-2021.
- 6. Aperfeiçoamento do Atendimento:** Tornar o atendimento mais rápido e eficaz, especialmente nas autorizações de exames e cirurgias, atendendo às reclamações dos beneficiários.



7. Esse é o resultado do Plano de Saúde na gestão passada:

TABELA DEMONSTRATIVA DE SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PLANO DE SAÚDE

ANO	BENEFICIÁRIOS	DÉFICIT/SUPERÁVIT
2018	16.166	(5.398.427,61)
2019	20.121	11.143.457,51
2020	23.256	57.620.421,17
2021	26.678	33.038.138,06
2022	29.306	(11.807.207,93)
2023	30.667	(15.480.974,49)



▶ ASSUNTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Para a Diretoria de Aposentadoria e Pensões da chapa Novo Rumo a atual cisão entre ativos e aposentados precisa acabar. Defendemos a união entre todos os filiados do sindicato, sejam ativos, aposentados ou pensionistas, promovendo sua convivência harmoniosa. Temos diversas pautas a perseguir como o bônus máximo e integral para todos, reajuste do auxílio-saúde e a correção do vencimento básico, por exemplo. Pretendemos atuar em conjunto com outras Diretorias, como Comunicação, Parlamentar, Jurídica, Defesa Profissional e Plano de Saúde, dentre outras, para criar sinergia e otimizar o trabalho em favor dos colegas aposentados.

Algumas ações que destacamos para a Diretoria de Assuntos de Aposentadoria e Pensões:

- Melhorar a comunicação com o filiado aposentado e pensionista, mapeando as preferências de comunicação de cada filiado aposentado e pensionista para otimizar a interação com a Diretoria. Planejamos retomar a revista IDAAP em formato trimestral e lançar uma versão eletrônica mensal mais dinâmica e acessível.
- Aproximar a Diretoria do filiado, organizando visitas às bases para ouvir e ser ouvidos pelos filiados em todo o território nacional, promovendo debates de interesse dos aposentados.
- Promover atualização tecnológica com treinamentos e apoio das Delegacias Sindicais.
- Melhorar o poder aquisitivo, através de um leque de opções que envolve alteração do Decreto 11.545/2024 e substituição da tabela da Lei 13.464/2017, que criou a escadinha para aposentados e pensionistas.
- Atuar na solução de problemas envolvendo a centralização no DECIPEX, estabelecendo contato direto com aquele órgão para resolver problemas que impactam os Auditores-Fiscais aposentados e também pensionistas, que muitas vezes amargam espera de meses para começar a receber seus benefícios.





▶ ASSUNTOS JURÍDICOS

A Diretoria de Assuntos Jurídicos é aquela que socorre os Auditores-Fiscais quando as tentativas nas instâncias políticas ou legislativas naufragam. Nesse sentido, a contratação de pareceres e o manejo de ações jurídicas são os instrumentos de que se valerão a pasta para buscar o direito dos Auditores-Fiscais vilipendiados em outras esferas de atuação.

Nesse sentido, a Diretoria planeja manejar ações que repercutam financeiramente para ativos e aposentados, como a cobrança dos valores referentes à diferença entre o valor fixo do bônus, pago como antecipação; os valores devidos com base no decreto 11.545/2024, em caráter retroativo; e ação com a finalidade de permitir que todos os aposentados possam migrar para a aposentadoria pela média, e não apenas aqueles que se aposentaram nos últimos 5 anos.

Além disso, estudará a possibilidade de contratar pareceres sobre a viabilidade de ação objetivando desobrigar os auditores a fornecer informações em requisições da PFN; impedir a União de usar recursos do FUNDAF para pagar remuneração de servidores; assinalar prazo para o DECIPEX conceder aposentadoria e pensão; obstar o corte orçamentário do órgão que viola reiteradamente a previsão constitucional que lhe garante recursos prioritários, em face de sua essencialidade ao Estado brasileiro, dentre outros.

Com foco na valorização dos Auditores, a Diretoria de Assuntos Jurídicos do Novo Rumo realizará seminários envolvendo renomados juristas e membros dos Tribunais Superiores, aproximando os Auditores-Fiscais destas instituições, do meio jurídico e acadêmico, para fomentar a já destacada atuação da categoria no direito tributário, aduaneiro e previdenciário. A inserção da categoria nes-

BUSCAREMOS
ESCRITÓRIOS
RENOMADOS,
RECONHECIDOS
NACIONALMENTE PELA
EXCELÊNCIA DO SEU
TRABALHO E **PELO
ÊXITO NAS CAUSAS
QUE DEFENDEM**

se ambiente contribuirá para o resgate da importância dos Auditores, por inseri-los nas discussões relevantes sobre os temas de sua competência perante outras autoridades e formadores de opinião.

Para a chapa Novo Rumo é nítida a necessidade de se criarem e aperfeiçoarem canais de atendimento para aproximar os filiados e os advogados do sindicato, de modo a facilitar o acesso a informações, a solução de dúvidas e a atualização sobre as ações judiciais. Nesse sentido é fundamental recorreremos à tecnologia para acelerar e qualifi-



car o acesso à movimentação das ações judiciais, permitindo aos filiados conhecerem a situação processual das demandas de que fazem parte.

Outro ponto fundamental para a chapa Novo Rumo é a mudança no perfil dos escritórios que cuidam das ações dos filiados. É preciso muito cuidado na escolha dos escritórios. O que vemos hoje é que a ideologia partidária passou a prevalecer sobre o domínio técnico e o trânsito nos tribunais superiores. Esse fato explica, em parte, as derrotas que estão no horizonte dos Auditores-Fiscais, como as decisões desfavoráveis deste último triênio, em especial a ação da GAT, da progressão, da paridade e dos anuênios. Buscaremos escritórios renomados, reconhecidos nacionalmente pela excelência do seu trabalho e pelo êxito nas causas que defendem, para atuar nas nossas ações judiciais, tais como: "Barci de Moraes Sociedade de Advogados"; "BFBM – Barroso, Fontelles, Barcellos, Mendonça Advogados"; "Peres & Novacki Advocacia e Consultoria"; "Fachin Advogados e Advogadas", "Basílio Advogados", "Fux Advogados", "Galvão e Silva Advocacia", dentre outros.



▶ ASSUNTOS PARLAMENTARES

A Diretoria de Assuntos Parlamentares da chapa Novo Rumo faz as seguintes propostas para a sua área de atuação:

Caráter Suprapartidário

Atuar nos temas de interesse dos Auditores-Fiscais e da Receita Federal, buscando interlocução e apoios de parlamentares de todos os partidos, sem qualquer interdição ideológica.

Atuação Descentralizada

Estimular a participação das Delegacias Sindicais na criação e melhoria dos vínculos com os parlamentares das respectivas bases, atra-

vés de ações locais e replicando ações exitosas (café com política, palestras com parlamentares, eventos de agradecimento, etc.)

Ampliação do Escopo de Atuação

Intensificar as relações com entidades públicas e da sociedade civil, firmando parcerias em áreas de interesses convergentes com os dos Auditores-Fiscais, a exemplo dos sindicatos dos fiscos estaduais e municipais, OAB, FIESP, FECOMERCIO, etc.

Equipes Temáticas

Criação e coordenação de três grupos de trabalho parlamentar especializados, cuja atuação se dará em articulação com as diretorias afins, gerando foco e ganho de eficiência;

Ativos – supervisão da diretoria de Defesa Profissional;

Aposentados – supervisão da Diretoria de Aposentados;

Questões Técnicas da Receita Federal – supervisão da Diretoria de Estudos Técnicos.



▶ ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

A Diretoria de Administração e Finanças da chapa Novo Rumo traz as seguintes propostas para sua área de atuação:

Sindifisco Na Palma Da Mão

Reformular o aplicativo do Sindifisco Nacional de modo a disponibilizar, de maneira intuitiva, as informações e serviços ao filiado, prestigiando a transparência e facilidade de acesso.

Redução De Custos

Trabalhar junto às demais diretorias no controle de gastos, minimizando custos, sem comprometer a qualidade dos serviços disponibilizados aos filiados.

Projeto Centralização

Estruturar o setor contábil para finalizar a centralização contábil das delegacias sindicais, evitando retrabalhos e cumprindo prazos legais contábeis e da ANS.



▶ ESTUDOS TÉCNICOS

A chapa Novo Rumo pretende reinserir o Sindifisco Nacional no centro das discussões tributárias e aduaneiras, como entre 2019-2021. A Diretoria de Estudos Técnicos da chapa Novo Rumo propõe:

- Realizar encontros virtuais com a categoria para debater os principais temas técnicos, visando aproximar a Diretoria dos colegas que desejam contribuir com os debates, possibilitando a troca de experiências profissionais e acadêmicas.
- Fortalecer a percepção da sociedade e do governo quanto à relevância do trabalho dos Auditores-Fiscais, promovendo discussões e estudos sobre a importância das atividades da Classe para a sociedade e o estado brasileiro.
- Elevar a participação da categoria nas discussões sobre Administração Tributária e legislação, inserindo a visão da Classe nas discussões nacionais relevantes para valorizar o trabalho dos Auditores-Fiscais e recuperar o protagonismo no sistema tributário brasileiro.
- Fomentar a produção intelectual dos Auditores-Fiscais, coordenando estudos técnicos e promovendo sua divulgação. Incentivar a participação em congressos, seminários e eventos relacionados ao sistema tributário, além de promover publicações em periódicos Qualis A ou B (B1 ou B2).
- Preparação dos Auditores-Fiscais para o exercício das atividades privativas do car-

go, buscando junto à Administração da Receita Federal do Brasil cursos e treinamentos para desenvolver habilidades e capacitação, estabelecendo parcerias com instituições para o aprimoramento técnico.

- Incentivar a participação em Seminários e Congressos de Direito Tributário para resgatar o protagonismo dos Auditores nas matérias de sua competência. Pela ausência de Auditores nos principais eventos acadêmicos do País, percebe-se o ganho de espaço por servidores de outras categorias. Esta proposta, portanto, visa a incentivar a participação nesses eventos, como forma de complementar a estratégia de fortalecimento do cargo.



▶ COMUNICAÇÃO SOCIAL

Retorno do protagonismo na grande imprensa:

A chapa Novo Rumo retomará o protagonismo em temas de interesse da Classe na grande imprensa. A atual gestão da DEN fez o cargo de Auditor-Fiscal perder relevância, mesmo em debates cruciais como a reforma tributária. Para reverter isso, é essencial uma assessoria de imprensa profissional que conecte o Sindifisco a veículos relevantes, como Globo News e CNN, ao invés de programas de rádio AM sem expressão.

Comunicação atenta às novas ferramentas digitais:

Reinseriremos o Auditor-Fiscal no ambiente digital com uma imagem positiva. Nesse sentido, otimizaremos o uso das redes sociais do Sindifisco, atualmente desperdiçadas com discursos ideológicos, e monitoraremos temas de interesse da Classe, promovendo interações virtuais qualificadas e ampliando a rede de influenciadores no espaço digital.

Ampliar alcance da Comunicação junto aos filiados:

A chapa Novo Rumo pretende melhorar e ampliar a Comunicação com os filiados do Sindifisco Nacional. Além da estrutura atual, propomos maior interação entre a Comunicação da Direção Nacional e as Diretorias de Comunicação das Delegacias Sindicais, visando maior alcance e uniformidade na comunicação do Sindicato com seus filiados.



▶ RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTERSINDICAIS

A chapa Novo Rumo na Diretoria de Relações Internacionais e Intersindicais buscará restabelecer

nosso protagonismo entre as entidades de Classe do Serviço Público e representativas da Sociedade Brasileira.

No passado, o Sindifisco Nacional liderava sindicatos e associações de servidores públicos brasileiros e do Mercosul, presidindo o FONACATE e a FRASUR, e patrocinava importantes eventos de estudo tributário e aduaneiro, como o Congresso Luso-Brasileiro de Auditores-Fiscais, abandonado por decisão política da atual Direção Nacional.

Hoje, infelizmente, nosso sindicato perdeu destaque e segue outras categorias em fóruns importantes, vendo seus interesses serem prejudicados. Nosso compromisso é buscar alinhamento com outras entidades, construindo um plano de ação conjunto em torno de pautas comuns, respeitando os interesses específicos de nossa Classe e liderando este processo.

Trabalharemos em parceria com entidades dos fiscos estaduais e municipais pelo fortalecimento do cargo de Auditor-Fiscal e suas atribuições, e pelo fortalecimento das Administrações Tributárias em todas as esferas. Além disso, ampliaremos

a discussão sobre temas nacionais pertinentes à nossa área de atuação, aproximando o Sindifisco Nacional de entidades da sociedade civil, como OAB, AMB e ANPR.



▶ DEFESA PROFISSIONAL

Um sindicato existe principalmente para defender os interesses de seus filiados. Por isso, a Defesa Profissional é uma

área vital, devendo ser conduzida por quem realmente tem compromisso com a Classe e disposição para defender o que é justo para a categoria e para cada Auditor-Fiscal.

Entre as propostas que a Diretoria de Defesa Profissional da chapa Novo Rumo pretende implementar estão:

- Ações junto à administração do órgão para que a valorização do cargo de Auditor-Fiscal aconteça dentro de casa e desde o primeiro momento de contato com a Receita Federal, a posse;
- Alocação de Auditores-Fiscais apenas em atividades privativas, valorizando o cargo;
- Realização de visitas a unidades para aproximar a Diretoria dos colegas e criação de canais diretos de comunicação;
- Eventos envolvendo órgãos da Administração, especialmente a Corregedoria, para contribuir no aperfeiçoamento constante da atividade correicional;
- Ações para aplicação das normas da Lei 14.230/2021, que alterou a Lei de Improbidade Administrativa, buscando maior segurança jurídica para os Auditores-Fiscais;
- Integração com a Diretoria Jurídica, especialmente na Assistência Jurídica Individual (AJI).

CONHEÇA OS INTEGRANTES DA CHAPA NOVO RUMO

PRESIDENTE

GEORGE ALEX LIMA DE SOUZA

Concurso: 2006

Lotação: Direp01

Formação: Engenharia Civil - UFBA; Direito - UniDF; MBA - Gestão de Negócios; Especialização em Direito Tributário e Financeiro - IDP.

Atividades Sindicais/Associativas: Diretor parlamentar da DEN do Sindifisco Nacional (2019/2021); Presidente da DS/Brasília (2009/2011) (2022/2024); Diretor de estudos técnicos e defesa profissional da Unafisco Nacional (2023/2025).

Experiências Profissionais: DIFIS/DRF BSB (2006/2012); Asleg (2012/2013); Chefe da Assessoria Parlamentar da Anac (2013/ 2018); Atividades desenvolvidas na COFIS (2018/2020); Direp/01.





1º VICE-PRESIDENTE DAUZLEY MARQUES DE MIRANDA

Concurso: 1984

Lotação: Espei04

Formação: Engenharia Mecânica; Direito

Atividades Sindicais/Associativas: Presidente da Unafisco Nacional Regional RN; Presidente do Unafisco Sindical - DS/RN; Vice-Presidente do Unafisco Sindical - DS/Recife; Presidente da DS/Recife do Sindifisco Nacional.

Experiências Profissionais: AFTN/1986; Fiscalização PJ na DRF/Natal/RN; AFRF/AFRFB/1992; Espei04/PE até hoje.



2ª VICE-PRESIDENTE TÂNIA REGINA C. LOURENÇO

Concurso: 1980

Lotação: Aposentada - DS/São Paulo

Formação: Arquitetura e Psicologia.

Atividades Sindicais/Associativas: Conselheira de Gestão da Unafisco Nacional (2022/2025); Representante da 8ª RF no Conselho Curador do Unafisco Saúde (2019/2020) (2021 e 2023); Presidente da DS/São Paulo (2016/2018); Diretora-Adjunta do Plano de Saúde do Sindifisco Nacional (2014/2015); Diretora de Convênios e Serviços da Unafisco Nacional (2014/2015); Diretora do Plano de Saúde da DS/SP do Sindifisco Nacional (2009/2011; 2012 /2013 e 2022 até o momento); Participa frequentemente de congressos e realiza expressivo trabalho parlamentar.

Experiências Profissionais: Julgadora da Delegacia de Julgamento - DRJ II; Atuação nas áreas de fiscalização e tributação do Imposto de Importação e do Imposto de Exportação no Aeroporto Internacional de São Paulo.





SECRETÁRIO-GERAL PEDRO DELARUE TOLENTINO FILHO

Concurso: 1994

Lotação: DRF/RJ 2

Formação: Engenharia Civil, com pós-graduação em Engenharia Econômica e Administração Industrial.

Atividades Sindicais/Associativas: Vice-presidente da DS/RJ (2001/2003); Diretor de Assuntos Parlamentares da DEN (2003/2005); Presidente do Unafisco Sindical (2007/2009); Presidente do Sindifisco Nacional (2009/2013); Diretor de Comunicação da DEN (2016/2018); Secretário Geral da Unafisco Nacional (2022/2025).

Experiências Profissionais: Chefe da Agência Centro-Norte do Rio de Janeiro (1996-1997); DRJ São Paulo (1997-2000); Disit da Deinf/RJ (2000-2003); Assessoria da SRRF da 7ª RF (2003-2005); Fiscalização da Inspeção do Rio de Janeiro (2005-2007); Malha da DRF/RJ 2.



DIRETORA-SECRETÁRIA MARIA CARMEN FANTINI DE CASTRO E C. NEPOMUCENO

Concurso: 2010

Lotação: ALF/BH

Formação: Direito (UFMG - 2006), Aprovada no exame de ordem - 2007.

Atividades Sindicais/Associativas: Presidente da Comissão Eleitoral Nacional (2018, 2021 e 2023); Diretora Adjunta de Convênios na Unafisco Nacional (2022/2025); Diretora Titular de Administração e Finanças da Unafisco Nacional Representação MG (2022/2025); Participação ativa em Conaf's e trabalho parlamentar organizados pelo Sindifisco Nacional.

Experiências Profissionais: Assistente do Gabinete no Porto de Manaus (2010/2011); Assistente do Gabinete na DRF/Palmas (2011/2012); Chefe da Saort na DRF/Palmas (2021/2013); Chefe da DIORT na DRF/BSB (2013/2015); Supervisora de Equipe de Bagagem na ALF/BSB (2015/2016); Chefe Substituta da Divisão de Intercâmbio de Informações (2016/2017); Chefe Substituta da Divisão de Relações Institucionais/Corin/DF (2017/2018); Seção de Risco Aduaneiro (2018/2019); Chefe da DIANA na SRRF06 (2019/2022); Supervisora de Equipe de Bagagem na IRF/CNF (2022/2023); Atuação na Divisão de Comércio Internacional/Asain/DF (2023).



DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS ROBERTO MACHADO BUENO

Concurso: 1994

Lotação: Aposentado - DS/Rondônia

Formação: Engenharia Civil e Direito.

Atividades Sindicais/Associativas: Fundador DS/RO; Presidente da DS/RO (2011/2016); Secretário Geral da Mesa Diretora do CDS (2014/2016); Representante do CDS no CNM (2014/2016); Vice Presidente DS/RO (2016/2019); Diretor do Unafisco Saúde (2016/2019); Presidente da DS/RO (2022/2025); 2º Vice Presidente da mesa do CDS (2022/2025); Membro do Conselho de Gestão da Unafisco Nacional (2019/2025).

Experiências Profissionais: Fiscalização PJ, malha PF e trabalhos na seção de acompanhamento tributário.



1º DIRETOR-ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS AGNALDO NERI

Concurso: 1991

Lotação: DRF/ARAÇATUBA/SP

Formação: Direito, Pós-Graduação em Direito Empresarial.

Atividades Sindicais/Associativas: Vice-Presidente da DS/Araçatuba/SP (1999/2001, 2005/2007 e 2010/2011); Presidente da DS/Araçatuba/SP (2001/2005, 2012/2015 e 2019/2024); Diretor Adjunto Parlamentar da Unafisco Sindical/DEN (2003/2005);

Diretor-Suplente da Unafisco Sindical/DEN (2007/2009); Diretor-Adjunto de Finanças da DEN (2010/2013); Diretor Adjunto do Plano de Saúde da DEN (2016/2018); Membro da Mesa do CDS (2021/2024); Membro do Comando de várias mobilizações organizadas pela classe, desde 1995; Membro de Trabalhos Parlamentar de diversas lutas, organizados pelo antigo Unafisco Sindical e SINDIFISCO NACIONAL desde 1995, especialmente na Luta da PEC PARALELA e LDO (2003/2005).

Experiências Profissionais: IRF/SÃO BORJA (1994/1995); DRF/ARAÇATUBA/SP (1995/2022): tributação, malha fiscal, tributos internos/IRPJ, IRPF, PIS-COFINS, IPI, ADUANA/ZONA SECUNDÁRIA; Grupos Especiais junto à SRRF08, nas áreas de Tributos Internos e nas Aduanas nos Aeroportos ALF/GRU – ALF/VCP, Porto de Santos; Gabinete do Secretário da Receita Federal do Brasil - Operação Cisco.



2º DIRETORA-ADJUNTA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS MARCIA REGINA RANGEL BARBOSA

Concurso: 1986

Lotação: Aposentada - DS Campos dos Goytacazes

Formação: Ciências Econômicas.

Atividades Sindicais/Associativas: Diretora de Assuntos de Aposentadorias e Pensões da DS/Campos dos Goytacazes/RJ (2012/2013; 2014/2015); Presidente da DS/Campos dos Goytacazes/RJ 2016/2018; Diretora adjunta de Assuntos de Aposentadorias e Pensões/DEN do Sindifisco Nacional (2019/2021); Presidente da DS/Campos dos Goytacazes/RJ 2022/2024; 2ª Secretária da Mesa do CDS (2022/2024).

Experiências Profissionais: Supervisora de Equipe Fiscal GRAF/CGZ/RJ- PS; Chefe da Fiscalização GRAF/CGZ/RJ - PS; Atuações na Área de Fiscalização Externa – PS; Assistente do Gabinete DRF/CGZ/RJ; Chefe de Seção Cont Acomp Tributário/DRF/CGZ/RJ.



DIRETOR DE ASSUNTOS JURÍDICOS LÁZARO ANTÔNIO SOUZA SOARES

Concurso: 1998

Lotação: CARF

Formação: Engenharia Química (1997) e Direito (2011).

Experiências Profissionais: Fiscalização externa (1999/2014); Seleção e programação de Fiscalização (2015); Delegacia de Julgamento - DRJ (2015/2018); Conselheiro da 3ª Seção do CARF desde 01/04/2018.



1º DIRETOR-ADJUNTO DE ASSUNTOS JURÍDICOS SEBASTIÃO BRAZ CUNHA DOS REIS

Concurso: 1987

Lotação: DRF/Anápolis

Formação: Engenharia Civil; Direito; Pós-graduação em Direito Previdenciário.

Atividades Sindicais/Associativas: Presidente do SINDIFISP/GO (1997/1999); Membro do conselho de Representantes da FENAFISP (1995/1997); Diretor de Interesse de Classe da FENAFISP (1997/1999); Diretor de assuntos Jurídicos do Sindifisco Nacional período (2009/2011; 2016-2018); Diretor-adjunto de Assuntos Jurídicos (2011/2013); Presidente da DS/Anápolis (2011/2015).

Experiências Profissionais: Chefe do serviço de Orientação de Arrecadação da Gerência Executiva do INSS - Anápolis (2002/2004); Atuação na SAFIS - Fiscalização Previdenciária; Coordenador do Programa de Cidadania Fiscal e PAV da DRF/Anápolis (2021/2024); Assessor de Comunicação da DRF/Anápolis (2021/2024).



2ª DIRETORA-ADJUNTA DE ASSUNTOS JURÍDICOS CARMELINA CALABRESE

Concurso: 1987

Lotação: ATIVA - DERAT/SP

Formação: Direito e Contabilidade.

Atividades Sindicais/Associativas: Presidente do SINDIFISP/SP (1993/1995); Diretora Financeira da FENAFISP (1992/1993); FUNDAÇÃO ANFIP (2002/2003); Presidente da APAFISP-ANFIP/SP (2006); Vice-Presidente da APAFISP-ANFIP/SP (2007); Vice-Presidente Cultura Profissional da ANFIP NACIONAL (2003/2004); Vice-Presidente Executiva da ANFIP NACIONAL (2015/2017).

Experiências Profissionais: Fiscalização Externa (1987/1996); Assessoria COFIS (1997/1999); Gerente Executiva Centro/SP (1999/2000); Assessoria Procuradoria 2001/2013; Equipe de Compensação Previdenciária (2017/2024).



DIRETOR DE DEFESA PROFISSIONAL GUSTAVO MUZY BORGES

Concurso: 2005

Lotação: DRF/Osasco

Formação: Direito - USP

Atividades Sindicais/Associativas: Integrante do CRM RF08 (2022/2024).

Experiências Profissionais: DRF/Osasco - Informações em Mandado de Segurança; DRF/Barueri - Chefe de Seort; DRF/Barueri - Fiscalização Externa; DRF/Osasco - Informações em Mandado de Segurança.



DIRETOR-ADJUNTO DE DEFESA PROFISSIONAL CARLOS MARCONI

Concurso: 2000

Lotação: ALF/Aeroporto de Cumbica

Formação: Direito

Atividades Sindicais/Associativas: Presidente da DS/Cumbica (2008/2009, 2016/2017 e 2019/2021); Vice-presidente da DS/Cumbica (2010/2011, 2012/2013).

Experiências Profissionais: Escor/02; Escor/08



DIRETOR DE ESTUDOS TÉCNICOS FÁBIO DE TARSIS GAMA CORDEIRO

Concurso: 2014

Lotação: SUARA/Secretaria-Executiva do Comitê Gestor do Simples Nacional

Formação: Doutorado em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito do Centro Universitário Autônomo do Brasil UniBrasil; Mestre em Direito, Mercado, Compliance e Segurança Humana pela Faculdade CERS; Especialização em Direito Tributário e Processo Administrativo Fiscal pela Universidade Católica de Brasília; Especialização em Direito Processual Civil pela Faculdade CERS; Especialização em Análise de Sistemas pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Especialização de Administração para Oficiais pelo Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIA+W); Graduado em Direito pela Faculdade de Belém (Fabel).

Experiências Profissionais: Fiscalização de tributos internos (IRPJ, IRPF e no combate a fraudes fiscais); Pesquisa e Investigação, Pesquisa e Seleção, contencioso administrativo fiscal de primeira e segunda instâncias (DRJ02 e CARF); Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil (2006/2015); Instrutoria em Auditoria Digital, ContÁgil, identificação do real beneficiário e outros temas; Ex-Conselheiro do CARF; Assessor da Secretaria-Executiva do Comitê Gestor do Simples Nacional - SE/CGSN; Substituto eventual do Secretário-Executivo do Comitê Gestor do Simples Nacional - CGSN.



DIRETORA-ADJUNTA DE ESTUDOS TÉCNICOS CAROLINA MENDES DE TOLEDO C. LAUTENSCHLAGER

Concurso: 2014

Lotação: DRF/Varginha (MG)

Formação: Bacharela em Direito e Especialista em Direito Tributário.

Atividades Sindicais/Associativas: Diretora Financeira da DS/Poços de Caldas/MG (2022/2024); Representante no CRM RF06 (2023/2024).

Experiências Profissionais: Saata da Alfândega do Porto de Manaus/AM (2015/2018); Safis da DRF/Poços de Caldas/MG(2019 e 2020); Equipe Especializada em Fiscalização do IRPF na RF06 (2020 até o momento).



DIRETOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL VIRGILIO FORDELONE NETO

Concurso: 2010

Lotação: DRF/Santos-SP

Formação: Graduado em Engenharia Elétrica; Pós-graduação em Direito Tributário pela FGV-SP (2018).

Atividades Sindicais/Associativas: Diretor de Comunicação Social da Unafisco Nacional (2019/2022 e 2022/2025); Vice-Presidente da Seccional em Santos da Unafisco Nacional (2022/2025); Diretor de Comunicação da DS/Santos/SP (2019/2021); Diretor de Finanças da DS/Santos/SP (2022/2024).

Experiências Profissionais: Equipe de controle do crédito tributário sub judice e de informações em mandados de segurança na DRF S. Bernardo do Campo/SP (2010/2015); Equipe de repressão aduaneira na Alfândega do Porto de Santos/SP (2015/2016); Equipe de revisão do crédito tributário da DRF/Santos/SP (2016/2019); Equipe de fiscalização de IRPJ/CSLL da DRF/Santos/SP (2019 até o momento).



DIRETOR-ADJUNTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL VICTOR BARBOSA SOUZA

Concurso: 2023

Lotação: DRF/Boa Vista

Formação: Direito. Pós graduação em Direito tributário, Direito Público e Direito Civil e Processual civil.

Experiências Profissionais: Saana da DRF/Boa Vista; Revisões de Ofício grupo regional DRF/Manaus



DIRETOR DE ASSUNTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

JESUS LUIZ BRANDÃO

Concurso: 1976

Lotação: Aposentado/DS Londrina (PR)

Formação: Direito e pós-graduado em Direito Tributário.

Atividades Sindicais/Associativas: Diretor Secretário e diretor de Assuntos Parlamentares na Associação Unafisco Nacional 1982; Presidente da Unafisco Seccional de Campinas (1982/1991); Presidente, vice-presidente, diretor de aposentadoria, atualmente diretor jurídico da DS/Londrina; Diretor de plano de saúde do Sindifisco Nacional (2007/2013); Conselheiro do Conselho Curador do Unafisco Saúde; Conselheiro do CCAJ; 2º Vice-presidente da DEN (2019/2021); Integrante de todos os CLM pela DS/Londrina, e como representante da 9ª RF.

Experiências Profissionais: Fiscalização Externa em PJ (1980/2011), com rápida passagem pelo setor de julgamento (não existia DRJ); Instrutor do Programa de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – PIR/PJ, nos anos de 1979 a 2006 (treinamento é feito todo ano).



DIRETORA-ADJUNTA DE ASSUNTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

VÂNIA OLIVEIRA RODRIGUES COELHO JULIÃO

Concurso: 1991

Lotação: Aposentada - DS/GVS

Formação: Direito.

Atividades Sindicais/Associativas: Presidente da DS/Governador Valadares (2016/2018; 2019/2022); Secretária-Geral da Mesa do CDS (2019/2021).

Experiências Profissionais: Chefe da Setec na Inspetoria de Porto Xavier (1997/1999); Inspetora substituta na Inspetoria de Porto Xavier (1998/1999); Chefe de tributação na DRF/Governador Valadares (1997/2001); Delegada substituta DRF/Governador Valadares (2000/2001); Chefe de equipe de ações judiciais DRF/Governador Valadares (2014); Chefe do núcleo de administração aduaneira DRF/Governador Valadares (2015).



DIRETORA DE PLANO DE SAÚDE SONILÉA VIEIRA LEITE

Concurso: 1993

Lotação: Devat07

Formação: Pedagogia; Serviço Social; Bacharel em Direito; Pós-graduada em Direito Previdenciário.

Atividades Sindicais/Associativas: Membro do CLM do RJ (2016/2018 e 2022/2024); Participante ativa do Trabalho Parlamentar desenvolvido pela Diretoria de Assuntos Parlamentares da Diretoria Executiva Nacional - DEN; Diretora de Assuntos de Aposentadoria e Pensão e Comunicação Social da UNAFISCO Nacional - Representação Rio de Janeiro (2019/2022); Secretária-Geral da UNAFISCO NACIONAL - Representação Rio de Janeiro (2023/2025); Diretora-adjunta do UNAFISCO SAÚDE (2019/2021).

Experiências Profissionais: Equipe de fiscalização externa de Contribuições Previdenciárias (1993); Gerente de Arrecadação e Fiscalização da GRAF Duque de Caxias (1999/2003); Chefe do Sefis da Gerência Executiva Sul (2005/2007); Chefe de Equipe da DIFIS II (2007 a 2009); Lotada na Equipe de Revisão de Créditos Previdenciários - REVPREV /EQREV/DEVAT/ 7ª RF.



DIRETORA-ADJUNTA DE PLANO DE SAÚDE MARIA ANTONIETA FIGUEIREDO RODRIGUES

Concurso: 1976

Lotação: Aposentada - DS/Santos

Formação: Direito e Ciências Contábeis.

Atividades Sindicais/Associativas: Titular do Conselho Fiscal Nacional (2009/2010); Diretora Adjunta do Unafisco Saúde 2012/2013; Diretora do Unafisco Saúde (2014/2015 e 2019/2021); Titular do Conselho Curador 8ª RF: 1998/1999, 2000/2001, 2002/2003, 2008/2009, 2010/2011, 2018/2020 e 2024/2026; Suplente do Conselho de Curador 8ª RF 2006/2008; Diretora de Administração da DS/Santos: 2001/2002, 2005/2006, 2007/2008, 2010/2012, 2016/2018 e 2022/2024; Diretoria de Finanças da DS/Santos: 2009/2010 e 2013/2015; Titular da Representação da Unafisco Nacional em Santos por vários mandatos e atualmente Presidente da Seccional em Santos da Unafisco Nacional..

Experiências Profissionais: Assistente do Delegado/Inspetor; Chefe/supervisão em diversos setores da Alfândega nas áreas de importação e tributação durante 32 anos de atividade



DIRETOR DE ASSUNTOS PARLAMENTARES MARCUS VINICIUS DE ARAÚJO DANTAS

Concurso: 2001

Lotação: DRF Sorocaba/ DECEX-SP

Formação: Bacharel em Administração; Pós graduação em Administração Financeira-UFPB; Pós graduação em Auditoria Contábil - UFPB

Atividades Sindicais/Associativas: Diretor e presidente da DS/Sorocaba 2004 a 2018; Representante da RF02 no CNM 2002; Representante da RF08 no CNM 2004/2024; Coordenador adjunto do CNM de 2015/2024.

Experiências Profissionais: Auditor Fiscal da Paraíba; Auditor Fiscal de Rondônia; Fiscalização - PJ - SAANA/ Ji-Parana; Orientação e Tributação - SEORT/Sorocaba; Repressão Aduaneira - SAANA/ Sorocaba; Fiscalização Aduaneira - DECEX/SP.



DIRETOR-ADJUNTO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES JOSÉ JEFFERSON ABREU ALMEIDA

Concurso: 2000

Lotação: DRF/MNS

Formação: Engenharia elétrica (UFAM 1988/1992); Direito (UFAM 2006/2010); Aprovado no exame de ordem em 2009.

Atividades Sindicais/Associativas: Diretor de Defesa Profissional DS/Amazonas (2011/2013); Presidente da DS /Amazonas (2014/2016 e 2016/2019); Membro do Conselho Fiscal da DS/AMAZONAS; Membro titular do CPO (2011/2013); Membro da mesa do CDS; Membro titular atual do CPA (2022/2025); Atual Diretor Administrativo da DS/ Amazonas (2022/2025); Em exercício na Superintendência - Sepac02.

Experiências Profissionais: Desembaraço, Fiscalização Externa, Internação e Plantão na Alfandega do Porto de Manaus; Programação/Revisão de Ofício da DRF/Manaus; Labin/Programação da SRRF02



DIRETOR DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTERSINDICAIS

KURT THEODOR KRAUSE

Concurso: 1991

Lotação: DRF/Blumenau (SC)

Formação: Administração; Pós-graduado em Comércio Exterior e Perspectivas Internacionais.

Atividades Sindicais/Associativa: Presidente DS/Blumenau/SC (2004-2009), (2009/2011) e (2013/2018); Diretor de Comunicação Social da DEN (2009-2011); Diretor-Secretário da DEN (2011/2013); Vice-Presidente da Mesa do CDS (2013-2016); Presidente da Mesa do CDS (2016/2018); Diretor de Comunicação da Unafisco Nacional (2016/2018); Diretor de Relações Internacionais e Intersindicais da DEN (2019/2021); Diretor de Defesa Profissional, da Justiça Fiscal e da Seguridade Social da DS/Blumenau/SC (2022/2024); Membro do Conselho de Gestão da Unafisco Nacional (2023/2025).

Experiências Profissionais: Técnico do Tesouro Nacional na Inspeção de Itajaí/SC (1981/1993); Auditor-Fiscal na Inspeção em Guaíba/PR (1994); Escritório de Pesquisa e Investigação no Rio de Janeiro/RJ (1994 a 1996); Escritório de Pesquisa e Investigação em Curitiba/PR (1996 a 1998); Seção de Fiscalização, Equipe de Malha Fiscal da Delegacia da Receita Federal em Blumenau/SC (1998 até os dias de hoje); Instrutor de Ética no Serviço Público e Estrutura do MF e SRF no concurso de Técnico do Tesouro Nacional/1995 - ESAF; Instrutor de Técnicas de Entrevista no concurso de Auditor-Fiscal/1997 - ESAF.



DIRETOR DE DEFESA DA JUSTIÇA FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DE POLÍTICAS SOCIAIS E ASSUNTOS ESPECIAIS

OSEAS COIMBRA JR.

Concurso: 2001

Lotação: DRJ/FOR

Formação: Odontologia com pós graduação pela UCLA - University of California School of Dentistry; Graduado em Direito, com especialização em Direito Processual, Direito Penal e Processual Penal).

Atividades Sindicais/Associativas: Diretor do SINDIFISP/Ce; Diretor suplente da DEN.

Experiências Profissionais: Fiscalização na Receita previdenciária (2001/2007); Seção de Fiscalização, Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF; Delegacia de Julgamento - DRJ/FOR, desde 2019.



DIRETORA SUPLENTE

LARA MOURA FRANCO EDUARDO

Concurso: 1994

Lotação: DRJ Recursal

Formação: Bacharel em Direito e mestre em Direito Constitucional.

Atividades Sindicais/Associativas: Membro Titular do Conselho Curador do Unafisco Saúde (triênio 2018/2020); Membro Suplente do Conselho Curador do Unafisco Saúde (triênio 2021/2023).

Experiências Profissionais: Auditora Fiscal do Município de Salvador; Auditora Fiscal do Estado da Bahia; DRJ Salvador; DRF Salvador (Tributação); CARF (3a Seção); DRJ Recursal.



DIRETOR SUPLENTE

RUDIMAR NUNES FRAGA

Concurso: 1987

Lotação: Aposentado-DS Porto Alegre/RS

Formação: Ciências Contábeis e Direito.

Atividades Sindicais/Associativas: Secretário-Geral e Diretor Jurídico no SINDIFISP/RS (1993/1997); Diretor Jurídico da DS/Porto Alegre (2012/2017); Diretor Jurídico Adjunto da DEN (2014/2015); Diretor Jurídico da AGAFISP (2021/2022); Diretor Suplente da UNAFISCO NACIONAL (2022/2025); Conselheiro Representante da 10ª RF no CONSELHO CURADOR DE ASSUNTOS JURÍDICOS – CCAJ do Sindifisco Nacional; Presidente da DS/Porto Alegre (2022/2024).

Experiências Profissionais: Fiscalização da Receita Previdenciária; Fiscalização da DRF Porto Alegre.



DIRETORA SUPLENTE

MARIA URÂNIA DA SILVA COSTA

Concurso: 1986

Lotação: Aposentada - DS Salvador/BA

Formação: Assistente Social pela Universidade Católica; Bacharela em Direito, pela Universidade Federal da Bahia - UFBA.

Atividades Sindicais/Associativas: Diretora de Administração da ANFIP (1989/1991); Diretora Adjunta de Relações Internacionais e Intersindicais pelo SINDIFISCO (2014/2015); Presidente AFIPEB/BA (2019/2020).

Experiências Profissionais: Chefe de Divisão de Arrecadação e Fiscalização do Estado da Bahia (1988/1998); Gerente Executivo de Salvador na Previdência Social (1998/2000); Superintendente do INSS no Estado da Bahia (2000/2001); Atividades externas (2001/2024).

“NOSSO PARTIDO
É O AUDITOR”

GEORGE - Candidato a Presidente do
Sindifisco Nacional.



VOTE CHAPA 1



chapanovorumo.com.br